

CARTA ANUAL DE

**POLÍTICAS PÚBLICAS E
GOVERNANÇA CORPORATIVA**

2024 | ano-base 2023

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

MINISTRO DE ESTADO

Alexandre Silveira de Oliveira

SECRETÁRIO EXECUTIVO

Arthur Cerqueira Valério

SECRETÁRIO DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL

Vítor Eduardo de Almeida Saback

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM

SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL – SGB

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE

Breno Zaban Carneiro - representante do Ministério de Minas e Energia

CONSELHEIROS

Inácio Cavalcante Melo Neto - Diretor-Presidente do Serviço Geológico do Brasil - SGB-CPRM

Marilene Ferrari Lucas Alves Filha - representante do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos

Hemeline Lúcia Camata Soares - representante do Ministério de Minas e Energia

Manoel Barretto da Rocha Neto - membro independente indicado pelo Ministério de Minas e Energia

Janáina Simone Neves Miranda - representante dos empregados

DIRETORIA EXECUTIVA

DIRETOR-PRESIDENTE

Inácio Cavalcante Melo Neto

DIRETOR DE HIDROLOGIA E GESTÃO TERRITORIAL

Alice Silva de Castilho

DIRETOR DE GEOLOGIA E RECURSOS MINERAIS

Francisco Valdir Silveira

DIRETOR DE INFRAESTRUTURA GEOCIENTÍFICA

Paulo Afonso Romano

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Cassiano de Souza Alves

CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE

Ana Paula Lima Vieira Bittencourt - representante do Ministério de Minas e Energia

CONSELHEIROS TITULARES

Flávia Filippi Giannetti - representante do Tesouro Nacional

Carlos Eduardo de Carvalho Pachá - representante do Ministério de Minas e Energia

CONSELHEIROS SUPLENTE

Wiler Roger de Souza - representante do Tesouro Nacional

Renata Rosada da Silva - representante do Ministério de Minas e Energia

Luís Guilherme Parga Cintra - representante do Ministério de Minas e Energia

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Serviço Geológico do Brasil – SGB-CPRM opera de modo metódico na geração e disseminação do conhecimento geocientífico com primazia, colaborando para a melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento sustentável do Brasil. Nesse sentido, os empenhos da Empresa estão concentrados no avanço de práticas que atendam de maneira justa, responsável e comprometida com as dimensões econômica, social e ambiental da atuação do Estado.

No decorrer do ano de 2023, uma variedade de atividades foi empreendida, destacando-se o desenvolvimento do segundo Balanço Social do SGB-CPRM (referente ao ano-base 2022), que apresenta um avanço significativo em relação à sua versão anterior, integrando novos produtos e serviços analisados e detalhados quanto aos seus impactos positivos para o país. Os produtos e serviços apresentados no Balanço Social, refletem o comprometimento do SGB-CPRM com a sustentabilidade ambiental, social e de governança corporativa, com o intuito de subsidiar a implementação de políticas públicas, visando promover a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável do país.

O Balanço Social oferece uma visão clara das realizações do SGB-CPRM durante o ano de 2023, ressaltando as realizações que alcançaram o público com significativa relevância e impacto, o qual encontra-se disponível na página da Empresa (www.sgb.gov.br) com amplo acesso ao público.

Também é importante destacar as atividades de gestão de riscos corporativos e controles internos, desenvolvidas pela Governança no âmbito da Empresa, com a finalidade de agregar valor ao negócio e a tomada de decisão empresarial. Ao identificar fraquezas e vulnerabilidades que possam resultar em incertezas, bem como ao definir os controles internos essenciais para mitigar os riscos identificados, a análise de riscos busca contribuir para alcançar os objetivos delineados no Plano Estratégico do SGB-CPRM.

Dessa forma, no ano de 2023, o processo de gestão dos riscos foi concebido com a participação direta das respectivas áreas responsáveis. Sua finalidade primordial foi respaldar a elaboração do Plano Estratégico do SGB-CPRM 2024-2028. Durante esse empreendimento, as diferentes áreas desempenharam um papel fundamental ao identificar e avaliar os riscos corporativos ligados aos objetivos estratégicos específicos. Tais riscos corporativos possuem o potencial de influenciar diretamente a capacidade de promover avanços em geociências e implementar soluções eficazes, refletindo assim no progresso e no bem-estar da sociedade brasileira.

A promoção da informação geocientífica foi uma meta central, evidenciada por uma variedade de iniciativas como oficinas, exposições itinerantes, palestras em instituições educacionais, doações de materiais didáticos e a criação de vídeos educativos. Em 2023, marcou-se o início da primeira turma do Programa de Residência em Geociências, representando um marco significativo na disseminação do saber e no desenvolvimento de talentos profissionais no campo.

Adicionalmente, os municípios foram agraciados com uma variedade de serviços, incluindo estudos hidrológicos, implementação de sistemas de alerta de cheias, elaboração de mapas para prevenção de desastres naturais e realização de levantamentos geológicos e geoquímicos sistemáticos, entre outros. Tais conquistas refletem o firme compromisso do SGB-CPRM em fomentar o desenvolvimento sustentável por meio da produção e difusão de conhecimento geocientífico. Em consonância com a temática da sustentabilidade, o SGB-CPRM, alinhado aos seus princípios de responsabilidade corporativa, promoveu iniciativas internas de reciclagem, realizou eventos voltados para a conscientização sobre o assunto, monitorou o consumo interno e lançou campanhas para incentivar a adoção de práticas exemplares por parte de seus colaboradores.

Quando se avalia a implementação das políticas públicas setoriais no país, o desempenho do

SGB-CPRM em 2023 foi notável, especialmente nos programas de Geologia, Mineração e Transformação Mineral; Oceanos, Zona Costeira e Antártica; Gestão de Riscos e de Desastres; Recursos Hídricos além da Gestão e Manutenção do Poder Executivo. Além disso, foram estabelecidas parcerias significativas, ampliando consideravelmente o raio de influência da instituição. Esse reconhecimento é atribuído à decisão estratégica de manter e fortalecer projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) em colaboração com entidades do setor produtivo, e à elaboração de novos projetos abrangendo áreas como energia renovável, prospecção mineral e exploração dos recursos marinhos.

Também é importante ressaltar as iniciativas voltadas para a gestão administrativa e patrimonial do SGB-CPRM, as quais visam constantemente aprimorar a qualidade de vida dos colaboradores, ao mesmo tempo em que buscam otimizar a eficiência e reduzir os custos operacionais de manutenção.

Em 2023, a Gestão Orçamentária e Financeira do Serviço Geológico do Brasil – SGB-CPRM adquiriu maior solidez, impulsionada por ajustes estruturais internos abrangentes, além de se adaptar às novas exigências fiscais do Brasil pós pandemia. Esse fortalecimento foi uma resposta às mudanças na escala orçamentária da empresa, refletindo um contexto fiscal renovado.

Assim, os resultados alcançados pelo SGB-CPRM ao longo de 2023, evidenciam o cumprimento das expectativas vinculadas aos diversos programas governamentais de políticas públicas nos quais a Empresa atua dentro do Plano Plurianual (PPA) 2020-2023. Os resultados apresentados revelam um desempenho notável do SGB-CPRM durante o ano de 2023, com o alcance ou a superação da meta em 27 dos 40 indicadores do Plano Estratégico, equivalendo a quase 70% das metas estabelecidas.

Por outro lado, a Governança também desempenha papel essencial para garantir que o Serviço Geológico do Brasil – SGB-CPRM opere em conformidade com os seus princípios e valores. Isso se manifesta por meio de políticas, procedimentos e normas internas, bem como pelo cumprimento das leis e regulamentos aos quais está sujeito. O objetivo é aumentar a confiança da sociedade na gestão da Empresa na forma como seus recursos são utilizados pelos gestores.

O compromisso do SGB-CPRM, sob a supervisão do Ministério de Minas e Energia, respaldado pelo Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, é liderado especialmente pelos seus empregados, colaboradores, fornecedores e parceiros institucionais. Esse compromisso se traduz em ser uma referência na produção de conhecimento e na elaboração de soluções eficazes em Geociências para atender às necessidades da sociedade brasileira.

No entanto, a alta gestão do SGB-CPRM reconhece ainda a necessidade de aprimorar e fortalecer as práticas de Governança Corporativa dentro da Empresa, em conformidade com a legislação aplicável, as diretrizes da OCDE e as orientações dos Órgãos de Controle. Isso engloba diversas áreas, como os Conselhos e a Diretoria, a Transparência e a Gestão de Riscos, os Controles Internos e Auditoria, bem como as áreas técnicas responsáveis pela execução do Plano de Negócios, com o objetivo de alcançar suas metas estratégicas e, conseqüentemente, agregar valor público para o benefício da sociedade.

Breno Zaban Carneiro
Presidente do Conselho de Administração

Sumário

1. IDENTIFICAÇÃO GERAL.....	7
1.1. IDENTIFICAÇÃO GERAL DO SGB-CPRM.....	7
2. POLÍTICAS PÚBLICAS.....	9
2.1. INTERESSE PÚBLICO SUBJACENTE ÀS ATIVIDADES EMPRESARIAIS.....	9
2.1.1. Quem somos.....	9
2.1.2. Atribuições legais.....	10
2.2. POLÍTICAS PÚBLICAS EXECUTADAS PELO SGB-CPRM.....	11
2.2.1. Valor Gerado.....	11
2.3. METAS RELATIVAS AO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES QUE ATENDAM AOS OBJETIVOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	16
2.3.1. Planejamento Estratégico.....	16
2.3.2. Plano Plurianual e Ações Orçamentárias.....	18
2.3.3. Índice de Eficiência de Gestão Mineral (IEGM).....	18
2.4. PRINCIPAIS RESULTADOS.....	19
2.4.1. Estudos e Conhecimento Geológico, Hidrológico e Gestão Territorial.....	20
2.4.2. Potencial Mineral.....	20
2.4.3. Água Mineral.....	21
2.4.4. Divulgação da Informação Geocientífica.....	21
2.4.5. Municípios abrangidos/beneficiados.....	21
2.4.6. Projetos de P,D&I.....	21
2.4.7. Infográfico dos Principais Resultados do SGB-CPRM para a Sociedade em 2023.....	22
2.4.8. Índice de Eficiência de Gestão Mineral (IEGM).....	22
2.5. RECURSOS PARA CUSTEIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	24
2.5.1. Gestão Orçamentária e Financeira.....	24
2.5.2. Gestão de Custos.....	25
2.5.3. Fontes e recursos orçamentários.....	25
2.5.4. Informações Financeiras.....	26
2.6. IMPACTOS ECONÔMICOS-FINANCEIROS DA OPERACIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	27
2.6.1. Descrição dos Indicadores de Políticas Públicas.....	28
2.7. COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES.....	31
2.8. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE OBJETIVOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	32
2.8.1. Balanço Social.....	32
2.8.2. Direitos Humanos.....	33
3. GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	35
3.1. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS.....	35
3.1.1. Parcerias estratégicas nacionais.....	35
3.1.2. Projetos em parceria.....	35
3.1.3. Cooperação internacional.....	36
3.1.4. O SGB-CPRM e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).....	36
3.2. ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCO.....	37
3.2.1. Governança.....	38
3.2.2. Gestão.....	38
3.2.3. Unidades de Governança.....	38
3.3. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....	40
3.3.1. Fatores de avaliação de riscos.....	40
3.3.2. Matriz de Riscos Estratégica.....	41
3.3.3. Controles Internos e Conformidade.....	43
3.4. POLÍTICAS E PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	44
3.5. DESCRIÇÃO DA REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES.....	44
3.5.1. Remuneração variável dos Administradores – RVA 2023.....	45

IDENTIFICAÇÃO GERAL

CARTA ANUAL DE
POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

Em atenção ao disposto no art. 8º, incisos I e VIII, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, prevista no art. 13, inciso I, do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, o Conselho de Administração subscreve a presente Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa referente ao exercício social de 2023.

1. IDENTIFICAÇÃO GERAL

1.1. IDENTIFICAÇÃO GERAL DO SGB-CPRM

CNPJ	00.091.652/0001-89 NIRE 5330000166-9
Sede	Brasília/DF
Tipo de estatal	Empresa Pública de Direito Privado
Acionista controlador	União, por meio do Tesouro Nacional / Acionistas de Direito Público Privado
Tipo societário	Sociedade por Ações
Estrutura de capital	Fechado
Setor de atuação	Pesquisa, estudos e desenvolvimento do conhecimento das Geociências
Diretor de Administração e Finanças	Cassiano de Souza Alves Telefone: (61) 2108-8400 Email: diretor.daf@sgb.gov.br
Auditores Independentes atuais da empresa	TBRT Auditores Independentes S/S Tel: (11) 2275-4127 Email: nivaldo@tbrt.com.br Nivaldo Saburo Yamamoto - Contador CRC 1SP195282/O-9 Sócio Administrador e Responsável Técnico Renan Yamamoto - Contador CRC 1SP324183/O-6 Sócio Responsável Técnico
Conselheiros de Administração subscritores da Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa	Breno Zaban Carneiro Inácio Cavalcante Melo Neto Marilene Ferrari Lucas Alves Filha Hemeline Lúcia Camata Soares Manoel Barretto da Rocha Neto (conselheiro independente) Janaína Simone Neves Miranda (representante dos empregados)
Data de divulgação	30/05/2024

POLÍTICAS PÚBLICAS

2. POLÍTICAS PÚBLICAS

2.1. INTERESSE PÚBLICO SUBJACENTE ÀS ATIVIDADES EMPRESARIAIS

2.1.1. Quem somos

A Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), empresa pública de capital fechado, constituída pela União e vinculada ao Ministério de Minas e Energia, tem por objeto as atribuições do Serviço Geológico do Brasil (SGB). Inicialmente criada como empresa de economia mista pelo Decreto-Lei nº 764, de 15 de agosto de 1969, foi transformada em empresa pública com atribuições e responsabilidades de Serviço Geológico do Brasil – SGB pela Lei nº 8.970, de 28/12/1994. A empresa é dotada de personalidade jurídica de direito privado e é regida pelo Estatuto Social atualizado em 29 de janeiro de 2021, por sua Assembleia Geral Extraordinária e, especialmente, pela Lei nº 8.970, de 28 de dezembro de 1994, Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, regulamentada pelo Decreto Federal nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, atualizado pelo Decreto nº 11.048, de 18 de abril de 2022, e demais legislações aplicáveis.

Para o cumprimento de sua missão institucional, o SGB-CPRM conta com infraestrutura operacional instalada em todo o país, somando oito Superintendências Regionais: Manaus (AM), Belém (PA), Recife (PE), Goiânia (GO), Salvador (BA), Belo Horizonte (MG), São Paulo (SP) e Porto Alegre (RS). Estas são as unidades executoras dos projetos, onde se concentra a grande capacidade operacional da instituição. Além disso, há três Residências, que são estruturas operacionais localizadas em Porto Velho (RO), Teresina (PI) e Fortaleza (CE). Finalmente, há também seis Núcleos de Apoio, que são escritórios de representação e apoio operacional, nas cidades de São Luís (MA), Natal (RN), Curitiba (PR), Boa Vista (RR), Criciúma (SC) e Cuiabá (MT), além de dois centros de treinamento, nas cidades de Apiaí (SP) e Morro do Chapéu (BA). A Sede da empresa localiza-se em Brasília (DF) e o Escritório Central da Administração e dos Departamentos Técnicos situa-se no Rio de Janeiro (RJ) (Figura 1.1). O SGB-CPRM conta, ainda, com três Redes de Apoio Institucional: (I) a Rede de Laboratórios de Análises Minerais que realiza análises de materiais geológicos e de águas minerais, além de estudos in loco de fontes hidrominerais; (II) a Rede de Litotecas que concentra o acervo litológico e a (III) Rede Ametista que reúne o acervo bibliográfico. Também faz parte da estrutura da empresa, o Museu Ciências da Terra, localizado em uma construção histórica de 1907, no bairro da Urca, no Rio de Janeiro e o CEDES, que conta como uma das principais funções, promover e executar projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação.



Distribuição da representação do SGB-CPRM no território nacional

- Rede LAMIN – 20 laboratórios – analíticos e de preparação de amostras;
- Rede de Litotecas – 10 litotecas – acervo litológico constituído por testemunhos de sondagem, amostras de rochas, alíquotas geoquímicas, lâminas petrográficas e por materiais de geologia marinha;
- Rede Ametista – rede de bibliotecas para atendimento *on-line* ou presencial, por meio do SEUS (Serviço de Atendimento ao Usuário); e
- Museu Ciências da Terra – detém o maior acervo de fósseis e minerais da América do Sul.
- Centro de Desenvolvimento Tecnológico (CEDES) – tem por objetivo básico a pesquisa de novas técnicas e métodos, com vistas ao desenvolvimento científico e tecnológico das atividades no âmbito da CPRM.

2.1.2. Atribuições legais

Suas atribuições, como Serviço Geológico do Brasil, definidas pela Lei nº 8.970 de 1994, são:

- Subsidiar a formulação da política mineral e geológica, participar do planejamento, da coordenação e executar os serviços de geologia e hidrologia de responsabilidade da União em todo o território nacional;
- Estimular o descobrimento e o aproveitamento dos recursos minerais e hídricos do País;
- Orientar, incentivar e cooperar com entidades públicas ou privadas na realização de pesquisas e estudos destinados ao aproveitamento dos recursos minerais e hídricos do País;
- Elaborar sistemas de informações, cartas e mapas que traduzam o conhecimento geológico e hidrológico nacional, tornando-o acessível aos interessados;
- Colaborar em projetos de preservação do meio ambiente, em ação complementar à dos órgãos competentes da administração pública federal, estadual e municipal;
- Realizar pesquisas e estudos relacionados com os fenômenos naturais ligados à terra, tais como terremotos, deslizamentos, enchentes, secas, desertificação e outros, bem como os relacionados à paleontologia e à geologia marinha; e
- Dar apoio técnico e científico aos órgãos da administração pública federal, estadual e municipal, no âmbito de sua área de atuação.

Não obstante, o SGB-CPRM tem suas atividades aderentes à Constituição Federal Brasileira, conforme descrito nos artigos:

- Art. 20. (Bens da União): os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva; os potenciais de energia hidráulica; os recursos minerais, inclusive os do subsolo e as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos.
- Art. 21. (Compete à União): elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social; organizar e manter os serviços oficiais de estatística, geografia, geologia e cartografia de âmbito nacional; planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações; instituir sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e definir critérios de outorga de direitos de seu uso.
- Art. 176. (Recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo): prevê a União como detentora das jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica, encontrados em solo nacional.
- Emenda Constitucional nº 85, de 2015 – Art. 218: considerando a Ciência, Tecnologia e Inovação como prioridade, concede tratamento preferencial às atividades de pesquisa

científica básica e tecnológica, cumprindo o papel do Estado em promover e incentivar o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação.

2.2. POLÍTICAS PÚBLICAS EXECUTADAS PELO SGB-CPRM

Dada a sua natureza jurídica de Empresa Pública, o beneficiário final dos resultados produzidos pelo SGB-CPRM é a sociedade brasileira, o que é evidenciado através da sua missão de gerar e disseminar conhecimento geocientífico com excelência, contribuindo para melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento sustentável do país.

Para isso, a empresa atua em diversas áreas intrínsecas às geociências, sintetizadas em cinco grandes linhas de atuação: Geologia e Recursos Minerais; Geologia Aplicada e Ordenamento Territorial; Hidrologia e Hidrogeologia; Geotecnologia; e Mediação Geocientífica, refletidas em seu Planejamento Estratégico e alinhado com o planejamento de médio prazo do Governo Federal, materializado nos Planos Plurianuais, que tem o propósito de implementar Políticas Públicas na busca de soluções para os problemas do País.

No contexto de suas atribuições, as atividades são executadas pelo SGB-CPRM para atendimento de políticas públicas que, no contexto do Plano Plurianual (PPA 2020-2023), instituído através da Lei nº 13.971/2019, se materializam através dos 5 (cinco) Programas de Governo, identificados a seguir:

- O Programa 3002 – Geologia, Mineração e Transformação Mineral visa ampliar a participação do setor mineral na economia com sustentabilidade, governança, segurança jurídica, estabilidade regulatória e inovação.
- No Programa 6013 – Oceanos, Zona Costeira e Antártica, a atuação do SGB-CPRM visa contribuir para o objetivo de promover o conhecimento científico e tecnológico, a conservação da biodiversidade, o uso sustentável dos recursos naturais, a gestão efetiva dos espaços costeiro e marinho e os interesses do país nos oceanos e Antártica.
- O Programa 2221 – Recursos Hídricos tem por objetivo ampliar a oferta hídrica em 132 dos 717 municípios com Índice de Segurança Hídrica.
- O Programa 2218 – Gestão de Riscos e de Desastres objetiva reduzir através dos mapeamentos delimitando as áreas de riscos, investir na compreensão dos perigos e também ampliar a preparação para reduzir os efeitos dos desastres.
- O Programa 0032 – Gestão e Manutenção do Poder Executivo, o SGB-CPRM é responsável por 2 ações orçamentárias, 125F – Implementação da Recuperação Ambiental da Bacia Carbonífera de Santa Catarina, a qual objetiva a recuperação de áreas degradadas pela mineração de carvão no Sul de Santa Catarina, e 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais.

2.2.1. Valor Gerado

Os produtos gerados pela empresa impactam um vasto espectro de atividades da sociedade, conforme demonstrado a seguir:

2.2.1.1. Promoção do Desenvolvimento do Setor Mineral Brasileiro

Por meio de seus produtos, sejam os mapas geológicos, levantamento aerogeofísico e geoquímicos, promovem o avanço do conhecimento geológico do território brasileiro disponibilizando essas informações e estudos, em seu portal, organizados em bases de dados consistidas de afloramentos, ocorrências minerais (por substâncias) e outros, notas explicativas dos mapas, atlas geofísicos, cartas de anomalias, informes geoquímicos e Informes Minerais. Estes estudos estimulam os investimentos da iniciativa privada em prospecção e pesquisa mineral.

O Brasil é um dos países de grande destaque do setor mineral mundial, embora com baixos

investimentos e alto potencial de novas descobertas de bens minerais. O setor mineral – que compreende as etapas de geologia, mineração e transformação mineral – é a base de sustentação para diversas cadeias produtivas, como a siderúrgica e a metalúrgica. Essa interligação entre as diferentes fases, desde a exploração geológica até a produção final, evidencia o papel vital do setor mineral como uma espinha dorsal econômica, capaz de gerar empregos, receitas e contribuir para o desenvolvimento sustentável do país.

De acordo com os dados divulgados pelo IBRAM – Mineração do Brasil, o Brasil possui 91 tipologias minerais produzidas no país e muitas delas são fundamentais para a transição energética e economia de baixo carbono em nível mundial. O IBRAM anunciou que em parceria com a equipe do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), será lançado, no primeiro trimestre de 2024, um fundo para financiar a expansão da pesquisa mineral e o desenvolvimento de projetos na área de mineração, o que interessa aos investidores internacionais. A expansão das exportações foi puxada, principalmente, pelo crescimento nas vendas dos seguintes produtos do setor mineral: Minério de ferro e seus concentrados (69,5%), Minérios de cobre e seus concentrados (59,7%) e Minérios de metais preciosos e seus concentrados (16.861.399,6%). Por sua vez, ainda que o resultado das exportações tenha sido de crescimento, os seguintes produtos registraram diminuição nas vendas: Minérios de níquel e seus concentrados (-100,0%), Minérios de alumínio e seus concentrados (-29,0%) e Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus (-22,2%). A Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), que é devida por pessoa física ou jurídica habilitada a extrair substâncias minerais para aproveitamento econômico (exceto a lavra garimpeira – Lei nº 8.001 de 13/03/1990), teve uma arrecadação, em 2023, no valor de R\$ 5,9 bilhões (portal da ANM – *dashboard*).

O recolhimento da CFEM deve ser aplicado diretamente em projetos que beneficiam diretamente a população, como: saúde, educação e infraestrutura. Sua distribuição é realizada da seguinte forma: 10% para a União (7% - ANM, 1% - FNDCT, 1,8% - CETEM e 0,2% - IBAMA), 15% para o estado onde for extraída a substância mineral, 60% para o município produtor, 15% para os municípios quando afetados pela atividade de mineração e a produção não ocorrer em seus territórios. Esses números possibilitam obter uma relação entre o que é investido para um conhecimento básico geológico, através do mapeamento de semidetalhe, e o retorno de arrecadação por exploração de recursos minerais. Alguns países com importância no setor mineral fizeram estudos e modelagens econométricas visando obter um indicativo mostrando que quanto maior o investimento em pesquisa geocientífica, maior é o retorno socioeconômico para o país.

Estudo econométrico similar, no Brasil, está ainda em desenvolvimento pois requer uma busca por relações causais mais específicas. Atualmente, a base de referência utilizada para o cálculo foi detalhadamente apresentado pela 2ª vez no Balanço Social do SGB-CPRM, em 2023, fazendo uma relação da publicação de Estudos Geológicos e o fator de 25% definido para estes na fórmula do Índice de Eficiência da Gestão Mineral – IEGM, indicador que mede o desempenho do Programa 3002 – Geologia, Mineração e Transformação Mineral, do Plano Plurianual 2020-2023, definido pela Secretaria de Planejamento, do Ministério da Economia, junto com o Ministério de Minas e Energia. Embora alguns estudos acadêmicos remetam a importância dessa participação com mais de 30% (Duke, 2007-PDAC), existe uma base legal nacional para o valor de 25%.

Para o período de 2024 a 2027, coincidente com o novo PPA (Plano Plurianual) há grande expectativa de aumento de investimentos para minerais de transição energética e segurança alimentar, tais como cobre e níquel e potássio, fosfato e remineralizadores, respectivamente. Na linha de atuação de Minerais Estratégicos, Críticos e Agrominerais, há projetos planejados e em execução de avaliação de potencial para fosfato, potássio, agrominerais, grafita, cobalto, cobre e metais-base, ouro, lítio, terras-raras e urânio, que envolvem áreas de estudo em todas as regiões do país, cujas pesquisas encontram-se em variados estágios de desenvolvimento.

- **Extração Sustentável**

Por outro aspecto, com impacto econômico-financeiro, são projetos de estudos de descartes da mineração que vem sendo uma tendência importante no SGB-CPRM, apoiando o setor mineral em busca de uma maior sustentabilidade das suas atividades, tendo por base o conceito do “rejeito zero” e da economia circular. O cobalto é um elemento considerado crítico (com risco de suprimento)

e um dos mais importantes na transição energética, sendo utilizado em grande volume, por exemplo, na produção de baterias de veículos híbridos ou elétricos. Em parceria com empresas privadas e instituições públicas nacionais e internacionais, o SGB-CPRM estuda uma técnica que provê baixo impacto ambiental e mostrou eficiência de até 85% de recuperação de cobalto. O projeto tem o objetivo de analisar a eficiência econômica da técnica e o risco operacional para recuperação de cobalto e outros metais. Uma vez comprovada a viabilidade em escala industrial, os empreendimentos minerais desta natureza no país poderão reutilizar seu rejeito e se tornarem mais sustentáveis e competitivos, tendo o cobalto como subproduto da extração de níquel.

- **Fonte para Fertilizantes**

O SGB-CPRM tem pesquisado remineralizadores (uso do pó de rocha) e agrominerais (minerais de potássio e fósforo) visando futura certificação para caso de remineralizadores e comercialização de ambas as fontes. Lembrando que estes insumos são usados em grandes quantidades na agricultura e na construção civil, sendo determinantes para a redução dos volumes de rejeitos e do passivo ambiental gerado pela mineração. A expectativa de demanda para os remineralizadores e condicionadores de solos é de, aproximadamente, 75 milhões de toneladas por ano de pó de rocha, complementar ao fertilizante tradicional, enquanto que na construção civil esse valor varia de 60 mil a 85 mil toneladas/ano.

- **Transição Energética**

Além do cobalto, outros elementos são determinantes para a transição energética, entre eles o lítio e a grafita. A pesquisa de lítio realizada pelo SGB-CPRM, em 2016, no Médio Jequitinhonha (MG), por exemplo, contribuiu para o aperfeiçoamento do modelo geológico dos depósitos e a proposição de um modelo exploratório para a região. Foram identificadas novas áreas potenciais e aquelas de maior potencial, já conhecidas, tiveram seus domínios estendidos. Após a publicação destes resultados, nos dois anos subsequentes houve uma explosão de solicitações de alvarás de pesquisa na ANM (>130) e o surgimento de novos empreendimentos minerais. Como consequência, entre 2016 e 2020, as reservas de lítio cresceram 98%, enquanto a produção subiu 46% no mesmo período (www.usgs.gov). Um destes projetos, empreendimento levado adiante pela iniciativa privada (Sigma Lítio), realizou investimentos da ordem de US\$150 milhões, levando à descoberta da jazida da Grota do Cirilo. Esta jazida possui reservas de 220 mil toneladas de concentrado de lítio (grau bateria), com possibilidade de expansão para 440 mil toneladas em 2023, com investimento adicional de US\$44,5 milhões. Esse trabalho do SGB-CPRM contribuiu para a denominação do Vale do Lítio em Minas Gerais. Com relação a grafita, o SGB-CPRM apontou em 2020 a existência de 887 novas ocorrências localizadas em 31 províncias de interesse, ampliando assim as áreas de investigação para esta commodity. Atualmente com exploração restrita no sudeste da Bahia e nordeste de Minas Gerais, a identificação de novas fronteiras exploratórias pode tornar o país líder global na produção de grafita no médio-longo prazo. O país é o 4º em reservas (aproximadamente 70 milhões de toneladas) e o 3º na produção, respondendo por 10% do consumo mundial. Informações detalhadas dos valores anuais estarão disponíveis no Balanço Social de 2023 do SGB.

- **Geologia Marinha para Subsidiar a Política Nacional para os Recursos do Mar**

O SGB-CPRM participa ativamente como integrante do Grupo Técnico do LEPLAC que objetiva estabelecer o limite exterior da plataforma continental, além das 200 milhas náuticas da Zona Econômica Exclusiva (ZEE), com base na aplicação dos critérios do artigo 76 da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), e como Coordenadora Operacional do PROAREA e do REMPLAC. Destaca-se como resultado a incorporação da área da Elevação do Rio Grande, o que representa um acréscimo de 960.000 km² à área de soberania brasileira. Além dessa grande relevância, também incluiu o Brasil em um seleto grupo de países que estão na vanguarda das pesquisas minerais dos oceanos.

2.2.1.2. Planejamento e Ordenamento Territorial

No campo do Ordenamento Territorial, o SGB-CPRM realiza mapeamento geológico-geotécnico e estudos em municípios para subsidiar a formulação de políticas públicas relacionadas à ocupação urbana e rural, infraestrutura e aproveitamento econômico sustentável dos recursos

minerais e hídricos, em atenção aos Planos Diretores Municipais, Planos Estaduais de Desenvolvimento e Plano Nacional de Ordenamento Territorial. Estes estudos abrangem as temáticas: Geologia, Meio Ambiente e Saúde; Geodiversidade aplicado ao Ordenamento Territorial e influenciam direta e indiretamente a sociedade.

Diante das dificuldades para implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, o SGB-CPRM vem atuando, ao longo das duas últimas décadas, atendendo às demandas das prefeituras municipais, na seleção de áreas adequadas para a instalação de aterros sanitários municipais, em consonância com a Norma NBR 13.896, estabelecida pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), a qual constitui critérios técnicos, econômico-financeiros e político-sociais com o objetivo de impactar minimamente as áreas destinadas para tal fim. No ano de 2023 foi entregue um estudo de avaliação técnica para a implantação de aterros sanitários, para sedes do município de Barcarena, no estado do Pará.

No âmbito da geologia, meio ambiente e saúde, o SGB-CPRM entregou em 2023 dois estudos sobre a geoquímica, um na Bacia do Rio Parauapebas (PA) e outro para o estado de São Paulo. Ambos com a disponibilização de dados e informações sobre a qualidade das águas, solos e sedimentos, beneficiando 651 municípios.

No campo da Geodiversidade, em 2023, o SGB-CPRM entregou três mapas com informações sobre as adequabilidades e restrições de uso e ocupação do meio físico das regiões do Delta do Parnaíba (MA/PI), litoral do estado do Ceará e do Polo de irrigação de Petrolina e Lagoa Grande (PE), beneficiando 15 municípios. Também foram entregues dois estudos voltados para o fomento ao geoturismo nas regiões das Serras da Canastra e Capivara. Estes estudos beneficiaram 12 municípios com informações que auxiliam no desenvolvimento da atividade de exploração do geoturismo.

2.2.1.3. Prevenção e Mitigação de Desastres

Os levantamentos, estudos, previsão e alerta de eventos hidrológicos críticos estão inseridos no Programa de Gestão de Riscos e Respostas aos Desastres Naturais e compõem a ação que envolve as seguintes áreas de atuação: Previsão e alerta de eventos hidrológicos críticos; Elaboração de sistemas de mapeamento de áreas inundáveis e Realização de levantamentos, pesquisas e estudos associados a eventos hidrológicos críticos. Com destaque para o cunho social e econômico em relação à prevenção de desastres naturais, por meio da disponibilização de alertas de inundação que levam a mitigação dos efeitos das cheias, inundações e secas, assim como a identificação e monitoramento de áreas de risco geológico (inundações e deslizamentos). As ações foram planejadas com total aderência ao Plano Nacional de Recursos Hídricos, aos Planos Diretores de Bacias Hidrográficas, Zoneamento Ecológico-Econômico, assim como ao Plano Nacional de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres Naturais. Por este último, o levantamento realizado pelo SGB-CPRM em conjunto com as Defesas Civis tem por objetivo apontar à própria Defesa Civil e aos gestores municipais, estaduais e federais, as áreas classificadas com grau alto e muito alto em relação ao risco geológico (deslizamento e inundação).

Com os estudos que quantificam variáveis como os custos evitados com mobilizações desnecessárias, danos e prejuízos decorrentes de uma inundação é possível obter a relação entre o prejuízo potencialmente evitado e o investimento necessário para a operação do sistema de alerta durante o ano de 2023 (produto que será publicado no Balanço Social do SGB/CPRM 2024-2023).

2.2.1.4. Segurança Hídrica, de Vidas e Materiais

Os levantamentos, estudos e pesquisas referentes a avaliação da disponibilidade hídrica superficial e subterrânea contemplam: (a) operação da Rede Hidrológica Nacional (RHN), em parceria com a Agência Nacional de Águas (ANA), com a realização de medições de precipitação, nível e vazão dos rios, assim como o monitoramento quantitativo visando registrar as variações de nível d'água de poços que integram a Rede de Monitoramento Integrado de Águas Subterrâneas (RIMAS); (b) manutenção do Sistema de Informação de Águas Subterrâneas (SIAGAS), o repositório de

informações de poços do Brasil; (c) elaboração de levantamentos hidrogeológico e estudos integrados em recursos hídricos para gestão e ampliação da oferta hídrica; (e) estudos de hidrologia elaborados em projetos realizados em parcerias com a ANA e ADASA, além de pesquisas nas áreas de Hidrologia Isotópica, de Solos, Bacias Representativas de Biomas e Sensoriamento Remoto Aplicado à Hidrologia.

2.2.1.5. Pesquisa, desenvolvimento e Inovação (PD&I)

O SGB-CPRM, qualificado formalmente como uma Instituição de Ciência e Tecnologia (ICT) desde 2018, possui um Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) e uma Política de Inovação, atualizada em 2022. Foi criado, ainda, o Comitê Gestor de Projetos de PD&I com o objetivo de desenvolvimento de ambiente propício e fértil às iniciativas dos pesquisadores na concepção de novas propostas de projetos. Assim, em 2023, foi dada continuidade a projetos de PD&I em parceria com Instituições diversas do setor produtivo e a elaboração de outros projetos nas áreas de energia alternativa, prospecção mineral e recursos marinhos.

2.2.1.6. Geotecnologias, integração e disponibilização de dados geocientíficos

No setor mineral, o SGB-CPRM é a instituição de governo com uma das melhores infraestruturas e expertise para ajudar todas as outras instituições, principalmente através do sistema próprio e integrado de geotecnologia, GeoSGB (<https://geosgb.cprm.gov.br/>). O GeoSGB é um complexo sistema gerenciador, via WEB, que envolve uma dezena de bases de dados temáticas, aplicativos de consulta e inserção de dados, soluções de espacialização e visualização de informações em tempo real, opções variadas de baixa de arquivos, ferramentas de geoprocessamento e serviços WMS.

Através da conexão com o GeoSGB foi possível dar continuidade a parcerias com o PRONASOLOS (<https://geoportal.cprm.gov.br/pronasolos/>), através da Embrapa e do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA, e também a da Agência Nacional de Petróleo (ANM) como o Programa de Revitalização das Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural em Áreas Terrestres (Reate). (<https://reate.cprm.gov.br/anp/>).

O Programa “Plataforma de Planejamento da Pesquisa e Produção Mineral (P3M)” tem o objetivo de integrar, sistematizar, analisar e difundir o conhecimento e aprendizado requeridos para o Planejamento Estratégico da Pesquisa e da Produção Mineral do Brasil. Não obstante, busca disponibilizar informações sobre ocorrências e depósitos de bens minerais, visando promover oportunidades de investimento em pesquisa mineral, além de realizar e divulgar estudos que contribuam para o melhor conhecimento e o adequado aproveitamento dos recursos minerais do país. Ademais, visa contribuir para a solução de conflitos de ordenamento territorial mineiro, subsidiar o planejamento estratégico de investidores, bem como a formulação de políticas de estímulos das agências governamentais.

Com essas informações organizadas num único local, é possível a elaboração de estudos sobre a Avaliação do Potencial Geoeconômico de Províncias Mineraias e dos Estados da Federação. Estes estudos permitem medir as estimativas de valor para depósitos minerais relativos a diversas commodities, admitindo-se o que o conhecimento e o aproveitamento de correspondentes recursos e reservas minerais venham a ocorrer segundo as melhores práticas de sustentabilidade e competitividade.

No contexto das Políticas Públicas e no intuito de revitalizar a base de dados geocientíficos, o SGB-CPRM vem desenvolvendo o BaseGEO. Estruturada para ser uma base de dados que suporta todas as atividades do SGB-CPRM, a base oferece integração, em tempo real, com os softwares de sistema de informações geográficas (SIG), preenchimento das informações em campo, através de aplicativos móveis, módulo de validação e homologação dos dados, integração com sistema de gestão de projetos (SGP), dentre outros benefícios.

Atualmente encontram-se desenvolvidos quatro módulos do BaseGEO, sendo eles o AMOSTRA (cadastro de amostras), AFLORA (descrição de afloramento), RECMIN (descrição de recursos minerais e economia mineral) e MOBILE (aplicativo que permite a alimentação da base por aplicativo instalado em aparelhos móveis).

A construção de novos módulos de entrada de dados geocientíficos no SGB-CPRM, está sendo estruturada para permitir a total integração dos dados, a melhor qualidade da informação, a disponibilização tempestiva, a facilidade no preenchimento, a interação em tempo real com as ferramentas de SIG, a relação com execução física e orçamentária dos projetos, etc. Desta forma, com o BaseGEO, pretende-se a qualificação dos dados geocientíficos.

2.2.1.8. Mediação Geocientífica

A mediação científica consiste na produção de material geocientífico especializado e gerado por geocientistas em linguagem cidadã, que traduz para a população (estudantes de escolas, professores, adultos não geocientistas e jovens) de forma sintetizada e com fundamento científico, informações de forma a aumentar a comunicação e principalmente o conhecimento do público leigo. A mediação geocientífica desenvolvida no SGB-CPRM é realizada por geocientistas dedicados à decodificação da informação científica e à preservação da mensagem científica durante a adaptação de formato. Os produtos mediados são disponibilizados ao público-alvo em canais da internet, são apresentados nos programas SGBeduca e Visualização da Informação Científica (VIC). O Museu de Ciências da Terra, em seu eixo cultural e educativo, realiza a popularização das geociências.

2.3. METAS RELATIVAS AO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES QUE ATENDAM AOS OBJETIVOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

2.3.1. Planejamento Estratégico

O Planejamento Estratégico Institucional do SGB-CPRM, em atendimento a Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), foi atualizado para o período 2023-2027, com objetivo de priorizar e focar seus esforços, aspirando aos mais altos níveis de relevância e excelência na geração de conhecimento e no desenvolvimento de soluções efetivas em geociências para o bem-estar da sociedade brasileira.

A definição dos objetivos do Planejamento Estratégico da empresa seguiu as prioridades estabelecidas para o ciclo, a saber:

- Realizar mapeamento geológico sistemático, levantamentos geofísicos e geoquímicos, além da integração geológica regional e estudos de aplicação em geofísica, em áreas de escudo cristalino e bacias sedimentares brasileiras, e contribuir para valorização do patrimônio geológico do Brasil;
- Criar ambiente favorável para estimular a pesquisa mineral no Brasil através da ampliação do conhecimento em áreas potenciais para diversos minerais, incluindo minerais estratégicos, necessários para a transição energética e segurança alimentar, da liberação de ativos minerais e do desenvolvimento de plataforma de informação mineral;
- Executar projetos em Geologia Marinha para subsidiar a Política Nacional para os Recursos do Mar;
- Ampliar a capacidade de previsão de eventos hidrológicos extremos e realizar pesquisas e estudos de hidrologia associados a mudanças climáticas;
- Realizar pesquisas e estudos dos recursos hídricos para subsidiar a gestão, o aproveitamento racional e a ampliação da oferta hídrica no país;
- Realizar o monitoramento dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos e desenvolver estudos interpretativos e de integração em hidrologia;
- Executar as ações voltadas à Prevenção e Gestão de Desastres em decorrência de processos de movimentos gravitacionais de massa e inundações;
- Executar levantamentos e estudos voltados ao ordenamento e desenvolvimento territorial e promover recuperação ambiental de áreas degradadas pela mineração;

- Fortalecer a inovação, pesquisa e desenvolvimento de soluções efetivas em Geociências para o bem-estar da sociedade;
- Desenvolver excelência em governança e gestão corporativa com responsabilidade ambiental, social e econômica.

De acordo com o PEI, os objetivos estratégicos do SGB-CPRM estão descritos nas perspectivas de Valor Público, Valor para Clientes e Usuários, Processos, e Recursos Humanos e Infraestrutura, do Mapa Estratégico. O Mapa, segundo a metodologia do *Balanced Scorecard* (Kaplan e Norton, 1997), é a estrutura genérica para descrição de uma estratégia organizacional. Cada medição do desempenho dos indicadores previstos no Mapa torna-se, portanto, embarcada em uma cadeia lógica de causa e efeito, que conecta as diretivas desejadas da estratégia com os caminhos que levam a estes rumos.

O Mapa Estratégico do SGB-CPRM, registrado na figura abaixo, foi estruturado nos quatro campos de resultados, listados acima. Em cada campo de resultado foram definidos objetivos estratégicos a serem perseguidos, e seu alcance é verificado através do acompanhamento periódico de indicadores. Em torno desses indicadores é que se reúnem os diversos projetos e atividades da empresa, com as principais entregas pactuadas com o Governo Federal, através do PPA e LOA.

No sítio do SGB-CPRM, na página do Planejamento Estratégico, há informações detalhadas dos objetivos, indicadores e dos responsáveis pela execução e apuração das metas.

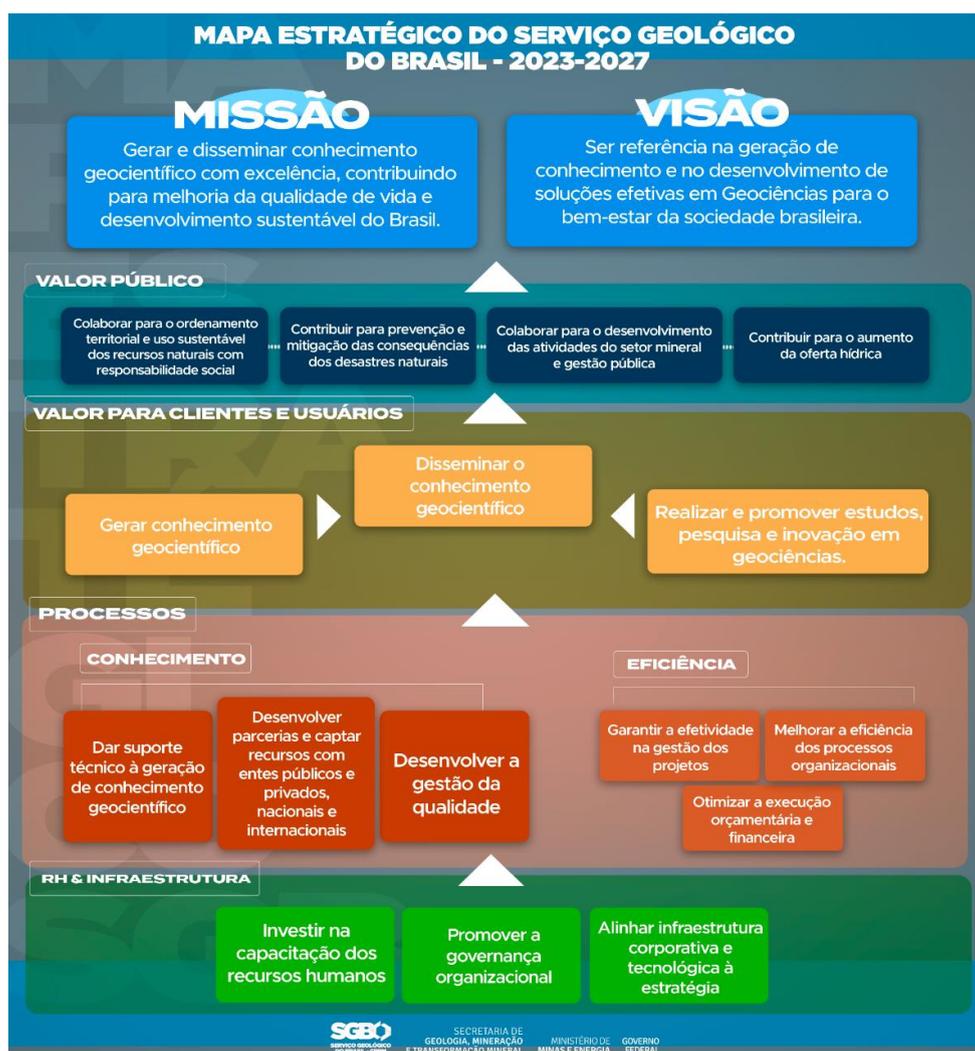


Figura 1 – Mapa Estratégico do SGB-CPRM para o ciclo 2023-2027

2.3.2. Plano Plurianual e Ações Orçamentárias

O SGB-CPRM, como empresa pública vinculada ao Ministério de Minas e Energia – MME, executa a grande maioria das suas atividades no âmbito de programas de governo, que integram os Planos Plurianuais para a implementação das políticas públicas setoriais a eles relacionadas. No PPA 2020-2023, a implementação das entregas programadas ocorre por meio da execução de quinze Ações Orçamentárias previstas na Lei Orçamentária Anual (Quadro 1).

Ministério	Programa de Governo	Ações Orçamentárias Discricionárias
Minas e Energia	3002 – Geologia, Mineração e Transformação Mineral	213Y - Levantamentos Geológicos e Integração Geológica Regional
		2399 - Avaliação dos Recursos Minerais do Brasil
		2D62 - Levantamentos Geológico-Ambientais aplicados ao Ordenamento Territorial
		212H - Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais
		2B53 - Produção Laboratorial de Análises Minerais - Rede LAMIN
		2B51 - Gestão e Disseminação da Informação Geológica
		21BB - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação nas Geociências e Setor Mineral
Defesa	6013 - Oceanos, Zona Costeira e Antártica	20LC - Levantamento Geológico, Oceanográfico e Ambiental do Potencial Mineral do Espaço Marinho e Costeiro
Desenvolvimento Regional	2221 – Recursos Hídricos	2397 - Levantamentos Hidrogeológicos, Estudos Integrados em Recursos Hídricos para Gestão e Ampliação da Oferta Hídrica
		2221 - Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos
		2378 - Operação da Rede Hidrometeorológica
	2218 – Gestão de Riscos e de Desastres	20LA - Mapeamentos Geológico-geotécnicos voltados para a Prevenção de Desastres
		20L9 - Levantamentos, Estudos, Previsão e Alerta de Eventos Hidrológicos Críticos
Minas e Energia	0032 – Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	125F - Implementação da Recuperação Ambiental da Bacia Carbonífera de SC
		00OQ - Contribuição a Organismos Internacionais
		4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais
		2000 - Administração da Unidade

Quadro 1 - Programas de Governo do PPA e Ações Orçamentárias na LOA 2023.

2.3.3. Índice de Eficiência de Gestão Mineral (IEGM)

Dentre os programas nos quais atua, suas entregas são contabilizadas para avaliação do desempenho do Programa 3002, medido através do Índice de Eficiência de Gestão Mineral (IEGM), que sintetiza resultados de ações da Secretaria de Geologia e Mineração (SGM), do MME; da Agência Nacional de Mineração (ANM) e do SGB-CPRM, que foram identificados para atendimento das prioridades estabelecidas para o Programa. A participação do SGB-CPRM na fórmula do indicador denomina-se Estudos Geológicos Publicados, que é resultado do somatório de 5 Grupos de Estudos Geológicos, conforme mostra o Quadro 2.

Estudos	Prioridades do MME Diretrizes para linhas de ação	Abrangência
Grupo 1	Criar ambiente atrativo aos investimentos e ao capital de risco	- Levantamento metalogenético nas províncias minerais e novas fronteiras - Reavaliação do patrimônio mineral do SGB-CPRM - Áreas submetidas à pesquisas

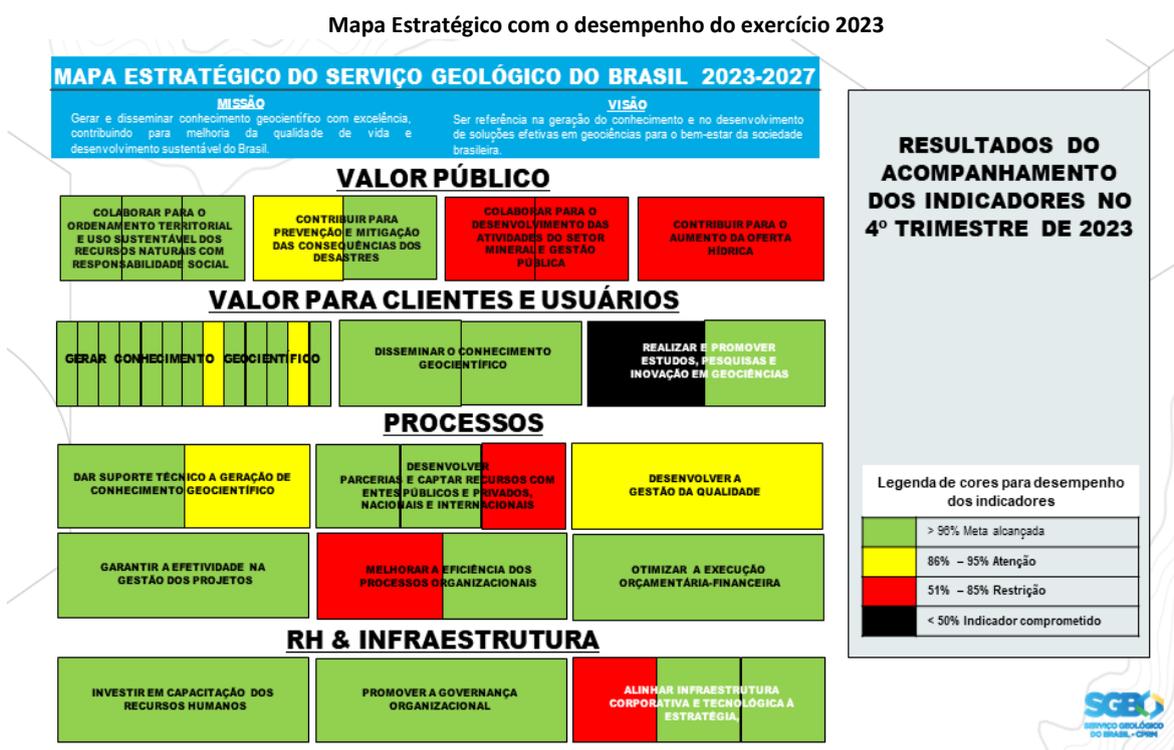
Grupo 2	Ampliar o conhecimento geológico do território nacional	- Levantamentos Geológico, Geofísico e Geoquímico
Grupo 3	Aumentar o conhecimento geológico da superfície, ampliando oportunidades para a mineração, água, energia e alocação de resíduos	- Levantamentos da Geodiversidade
Grupo 4	Aumentar o conhecimento geológico da Amazônia Azul	- Levantamento geológico, oceanográfico e ambiental do potencial mineral do espaço marinho e costeiro
Grupo 5	Ampliar a divulgação e o acesso ao acervo de dados da CPRM	- Gestão de bases de dados geocientíficos

Quadro 2 – Grupos de Estudos Geológicos do SGB-CPRM, no IEGM.

2.4. PRINCIPAIS RESULTADOS

Dado o alinhamento entre PEI, LOA e PPA, os resultados da execução do Planejamento Estratégico permitem visualizar o desempenho institucional também nos instrumentos de planejamento federal em um exercício.

Tais resultados podem ser visualizados no Mapa Estratégico do SGB-CPRM, onde são representados por cores que significam os percentuais de meta alcançados, obtidos a partir da razão entre o realizado (% executado) e o previsto (% esperado).



No *site* do SGB-CPRM, em sua prestação de contas do Planejamento Estratégico - Atendimento das Metas e Resultados na Execução do Planejamento Estratégico 2024, ano-base 2023 – está registrada a Tabela Resumo dos Objetivos, Indicadores e Metas do SGB-CPRM, além de esclarecimentos para os desempenhos registrados.

Os resultados alcançados pelo SGB-CPRM em 2023 refletem o atendimento das expectativas relacionadas às políticas públicas que são objeto dos 5 programas de governo em que atua no PPA 2020-2023. Conforme os resultados apresentados, é demonstrado o bom desempenho alcançado

pela empresa no exercício, registrando alcance ou superação da meta para 27 de um total de 40 indicadores do Plano Estratégico, o que representa quase 70% das metas estabelecidas.

Na perspectiva de Valor para Clientes e Usuários, especialmente no objetivo “Gerar Conhecimento Geocientífico”, relacionado diretamente à missão institucional do SGB-CPRM, apenas 2 dos 13 indicadores não alcançaram a meta anual, e a média de desempenho foi de 114% de alcance das metas. Este desempenho positivo também é verificado nas entregas previstas no PPA 2020-2023, no qual apenas 4 das 13 ações orçamentárias apresentaram desempenho acumulado 2020-2023 inferior ao esperado, mas ainda assim em um patamar bastante próximo à meta – exceto para a realização de novos levantamentos aerogeofísicos que teve dotação orçamentária apenas neste último ano de PPA.

No próximo item são apresentados os principais resultados pelas perspectivas da sociedade.

2.4.1. Estudos e Conhecimento Geológico, Hidrológico e Gestão Territorial

Produtos e Conhecimento Geocientífico disponibilizados para a sociedade em 2023 pelo SGB-CPRM
23 Produtos disponibilizados em projetos para Eventos Hidrológicos Críticos e de Hidrologia Aplicada
76.623 medições da Rede Hidrometeorológica Nacional (RHN) em parceria com a Agência Nacional de Águas
15 Estudos de Hidrologia elaborados em projetos realizados em Parcerias (ex: ANA, ADASA)
13 Levantamentos Hidrogeológicos, Estudos Integrados em Recursos Hídricos para Gestão e Ampliação da Oferta Hídrica , incluindo 11.583 poços cadastrados no SIAGAS e 434 poços monitorados do RIMAS
186 Mapeamentos para gestão de risco de desastres entregues para apoio ao Ordenamento Territorial de municípios
03 Mapas elaborados em projetos de Levantamentos da Geodiversidade e 03 produtos relacionados a geologia, meio ambiente e saúde
8 Áreas trabalhadas em execução de obras, projeto executivo e monitoramento da Recuperação Ambiental da Bacia Carbonífera de Santa Catarina
36 bases de dados com conhecimento geológico consistidas e publicadas e dados vetoriais disponibilizados
98.634 Levantamentos/mapeamentos geológicos sistemáticos que promovem avanço do conhecimento na cartografia geológica do Brasil na escala maior ou igual a 1:250K
267.765 km ² de integração da informação geológica e geofísica regional , tais como mapas estaduais, de províncias e/ou bacias, em escala variáveis
69.000 km ² área recoberta por levantamentos geoquímicos e 15 Estudos de Geofísica Aplicada em áreas de estudos e interpretações de dados aerogeofísicos e de trabalhos de geofísica terrestre realizados
11 Produtos de Geologia Marinha , um relatório entregue à Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISBA) e cinco mapas produzidos (cartas geofísicas marinha, de classificação de substrato marinho e cartas faciológicas da plataforma rasa)

2.4.2. Potencial Mineral

Potencial Mineral disponibilizado em 2023 pelo SGB-CPRM
2 áreas reavaliadas de patrimônio mineral do SGB-CPRM : Santa Fé e Morro do Engenho.
6 áreas com apoio a Valoração e Licitação de Blocos realizado: Ouro de Natividade, Diamante de Santo Inácio, Agrominerais Aveiro (Calcário de Aveiro, Gipsita do Rio Cupari), Caulim do Rio Capim e Fosfato de Miriri.
2 áreas de patrimônio mineral do SGB-CPRM, já licitadas, em acompanhamento de pesquisa . São elas: Bom Jardim e Palmeirópolis
23 Áreas Pesquisadas para identificação e ampliação do potencial para minerais estratégicos, críticos, agrominerais e minerais industriais para construção civil
11 Áreas submetidas a detalhamento do potencial exploratório (levantamentos metalogenéticos e de potencial mineral nas províncias minerais)

2.4.3. Água Mineral

Análises em Água Mineral disponibilizadas em 2023 pelo SGB-CPRM

12 ações no Portal da Água Mineral, com acesso através do link: <https://aguamineral.cprm.gov.br/>.

Análises em Água Mineral: 116.448 análises e preparos de amostras pelos laboratórios da Rede LAMIN, dos quais 78.782 determinações químicas e microbiológicas para fontes de água mineral

2.4.4. Divulgação da Informação Geocientífica

Divulgação da Informação Geocientífica para a sociedade em 2023 pelo SGB-CPRM

Em ações do Museu de Ciências da Terra

- 53 oficinas, mostras e exposições itinerantes; incluindo distribuição de material pedagógico nas oficinas;
- 9.187 rochas, minerais e meteoritos, 174.907 exemplares de fósseis e 19.464 livros e obras históricas catalogados e disponíveis para consulta.

Em ações do programa SGBeduca – “Serviço Geológico do Brasil Educa”

- 40 palestras em escolas;
- 167 coleções didáticas doadas para professores; e
- 38 oficinas de réplicas.

Em ações da Visualização da Informação Geocientífica – VIC

- 08 vídeos educativos de animação
- 02 vídeos 3D: Turmalina e Carta Geológica

Em ações da Rede de Bibliotecas Ametista

-15.394 documentos disponíveis para consulta no Repositório Institucional de Geociências - [RIGeo](#)

Em ações da Rede de Litotecas

- 986.192 itens de materiais geológicos identificados e disponíveis para consulta na Rede de Litotecas.

Em ações de divulgação institucional

- 25.743 ações de comunicação interna e externa, audiovisual, eventos e em mídias sociais realizadas.

2.4.5. Municípios abrangidos/beneficiados

Municípios abrangidos com informações geocientíficas em 2023 pelo SGB-CPRM

144 por Estudos hidrológicos e hidrogeológicos

84 por Sistemas de Alerta de Cheias e Inundações

161 por Mapeamentos para Prevenção de Desastres Naturais

753 por Levantamentos da Geológico-ambiental

44 por Estudos de potencialidade para insumos minerais e materiais rochosos para construção civil

162 por Levantamentos geológicos e geoquímicos sistemáticos

147 por Pesquisas metalogenética e de recursos minerais estratégicos, críticos e agrominerais

11 por Estudos de Geologia Marinha da Plataforma Rasa

2.4.6. Projetos de P,D&I

Em 2023 foram publicados 18 artigos científicos de PD&I em periódicos científicos nacionais e internacionais de Qualis A e B (CAPES). Também foram aprovados 02 novos projetos e dado continuidade a 11 projetos de PD&I em parceria com Instituições diversas, tais como Petrobrás, Agência Nacional do Petróleo (ANP), Instituto Serrapilheira, Agência para o Desenvolvimento e Inovação do Setor Mineral Brasileiro (ADIMB), Vale, EroCopper e NEXA.

2.4.7. Infográfico dos Principais Resultados do SGB-CPRM para a Sociedade em 2023



Figura 2 – Infográfico principais resultados SGB-CPRM 2023

2.4.8. Índice de Eficiência de Gestão Mineral (IEGM)

O desempenho do Programa Geologia, Mineração e Transformação Mineral, no PPA-2020-2023, é medido através do Índice de Eficiência de Gestão Mineral – IEGM, composto por metas distribuídas em 5 grupos de estudos geocientíficos. Em 2023, o SGB-CPRM fez 91 entregas alinhadas ao pactuado no PPA, acima da meta prevista de 38 produtos. Além disso, sendo este o ano de encerramento do PPA, atingiu-se 154% da meta acumulada para o indicador, conforme o resultado apresentado nas tabelas a seguir:

Objetivo Estratégico PPA/MME	Estudos	Prioridades do MME	Abrangência SGB/CPRM	Entrega 2020	Entrega 2021	Entrega 2022	Entrega 2023
Gerar conhecimento geocientífico	GRUPO 1	Criar ambiente atrativo aos investimentos e capital de risco	Detalhamento do potencial exploratório por meio de levantamentos metalogenéticos nas províncias minerais brasileiras e novas fronteiras minerais	18	12	5	11
			Reavaliação do Patrimônio Mineral do SGB/CPRM e seleção de áreas com maior favorabilidade para negociação			3	2

		Áreas submetidas à pesquisa para identificação e ampliação do potencial para minerais estratégicos, críticos, agrominerais e minerais industriais para construção civil			12	23
			18	12	20	36
GRUPO 2	Ampliar o conhecimento geológico do território nacional	Levantamento Geológico	8	13	8	5
		Levantamento Geoquímico			11	23
		Levantamento Geofísico			13	0
					8	13
GRUPO 3	Aumentar o conhecimento geológico da subsuperfície, ampliando oportunidades para a mineração, água, energia e alocação de resíduos	Levantamentos da Geodiversidade	5	5	12	8
GRUPO 4	Aumentar conhecimento geológico da Amazônia Azul	Levantamento Geológico, Oceanográfico e Ambiental do Potencial Mineral do Espaço Marinho e Costeiro	4	4	6	11
GRUPO 5	Ampliar a divulgação e o acesso aos dados do acervo da CPRM	Gestão de bases de dados geocientíficos	3	5	4	8
RESULTADO			38	39	74	91

Estudos Geológicos	2020	2021	2022	2023	Total	Alcance Total 2020-2023
Meta	42	38	39	38	157	
Estudos executados	38	39	74	91	242	154%

2.5. RECURSOS PARA CUSTEIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

2.5.1. Gestão Orçamentária e Financeira

A Gestão Orçamentária e Financeira do Serviço Geológico do Brasil – SGB-CPRM ganhou robustez em 2023 a partir de mudanças estruturais internas – como um todo – e também como resposta a retomada de uma nova escala orçamentária da Empresa em um novo momento fiscal do Brasil pós pandemia.

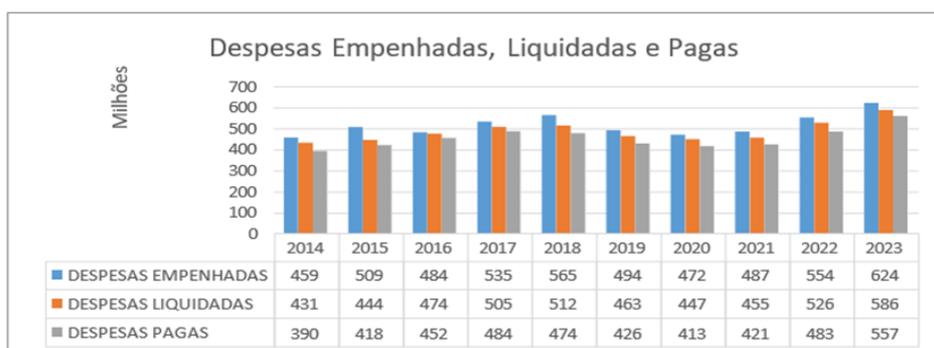
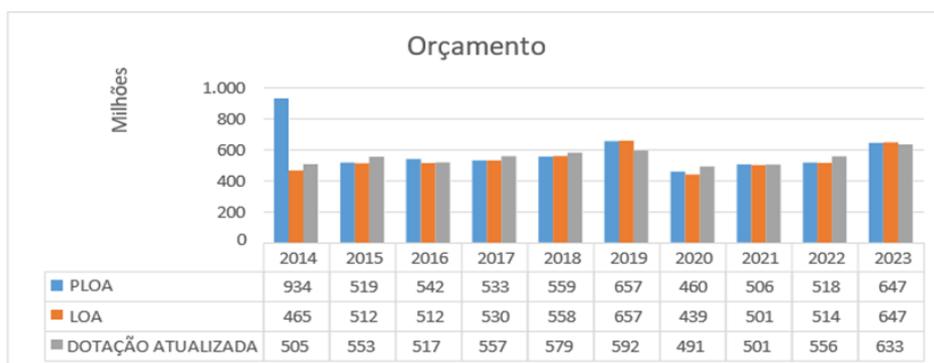
Nos exercícios de 2020, 2021 e 2022, o orçamento da companhia foi comprometido (conforme série histórica 2014-2023) em virtude da pandemia, que ocasionou cortes, supressões e devoluções orçamentárias. Porém, 2023 marca a retomada do patamar orçamentário da empresa, em termos nominais e relativos, ao que se tinha nos exercícios (2018-2019). Em termos práticos, isso significou um volume de R\$ 181 mi para despesas discricionárias.

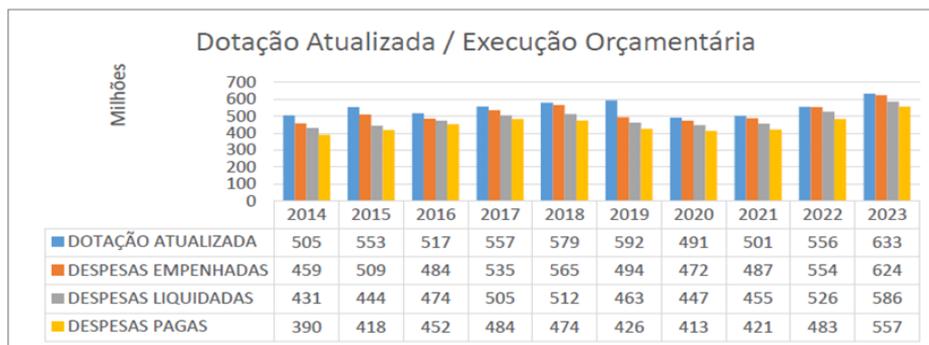
Como citado anteriormente, as mudanças internas na forma de execução orçamentária do SGB-CPRM ocasionaram aumento da eficiência decorrentes de uma nova organização racional do trabalho nas unidades regionais (executoras). Outra mudança importante na estrutura foi o fortalecimento do monitoramento e controle do orçamento a partir de um maior contato (estreitamento das dinâmicas de trabalho) entre o departamento e os responsáveis orçamentários das ações. Atualmente, existem profissionais monitorando a execução do orçamento durante o todo exercício, em conjunto com as demais áreas da empresa.

Por fim, a gestão dos restos a pagar, sobretudo no último bimestre de 2023, também merece destaque na gestão orçamentária e financeira. Houve um decréscimo na inscrição de restos a pagar não processados, tanto em termos absolutos (R\$ 31,07 mi), como em termos relativos ao total do orçamento quando comparado a 2022 (de 21% para 17%). Um menor volume de restos a pagar em 2024 será fundamental para a gestão do volume de recursos financeiros, principalmente na fonte oriunda do Tesouro Nacional.

O ano de 2023 simbolizou a retomada das atividades, projetos e programas do SGB-CPRM sendo gestão orçamentária e financeira a responsável por registrar, provisionar, prever e planejar a execução dos recursos escassos da maneira mais eficiente sempre buscando o alinhamento e atingimento das metas pactuadas pela companhia através de seu planejamento estratégico.

Os gráficos a seguir trazem as informações históricas dos recursos orçamentários e financeiros do SGB-CPRM.





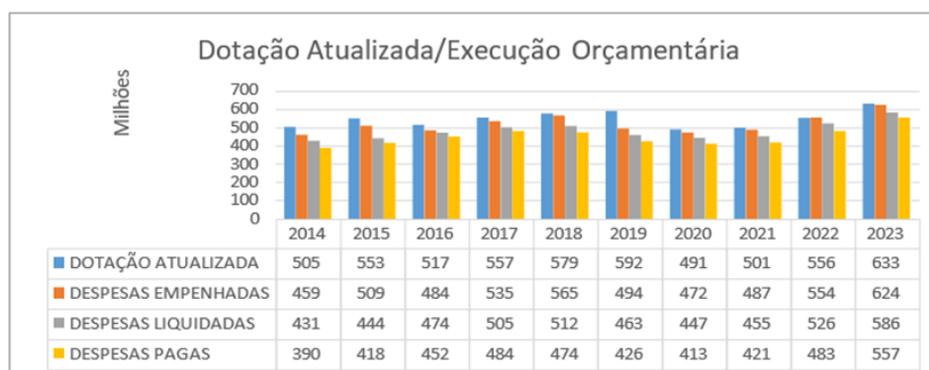
2.5.2. Gestão de Custos

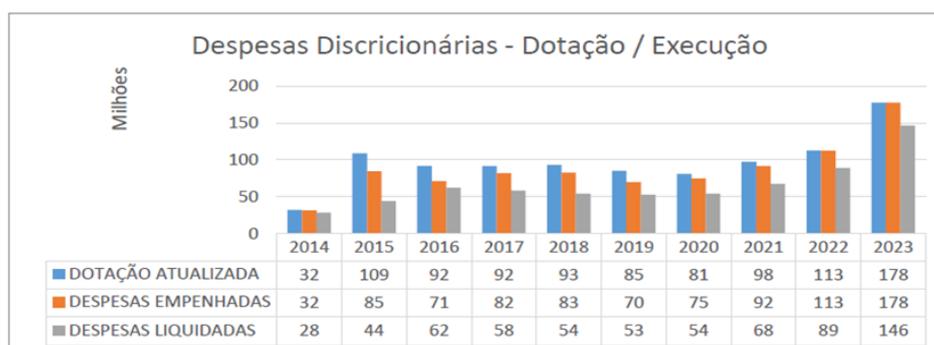
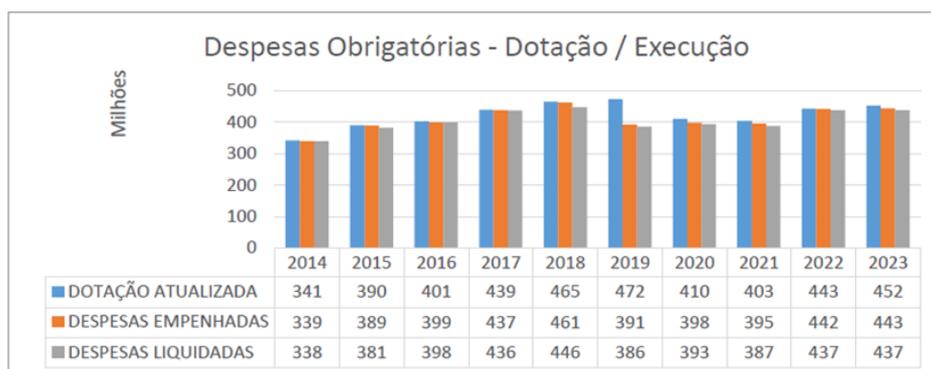
Já a Gestão de Custos do SGB-CPRM vem sendo construída ao longo dos anos com base em Centros de Custos aplicados a projetos, programas, atividades continuadas e administrativos, e que em 2013, tem início no uso do Sistema de Informações de Custos (SIC) do Governo Federal. Sendo, o SGB-CPRM, o primeiro órgão da administração indireta a utilizar o SIC, um sistema implantado pelo Governo Federal para acompanhamento dos custos de seus projetos e programas de trabalho constantes na Lei Orçamentária Anual (LOA). O SIC foi desenvolvido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) em parceria com Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) e demais órgãos do Governo Federal, para inovar no acompanhamento das informações patrimoniais da Administração Pública Federal. O gráfico a seguir traz as informações históricas das despesas de pessoal, custos e investimentos do SGB-CPRM.



2.5.3. Fontes e recursos orçamentários

Para o desenvolvimento de suas atividades em 2023, o SGB-CPRM contou com recursos orçamentários no valor de R\$ 633 milhões. A seguir são ilustrados os gráficos das informações orçamentárias do exercício de 2023.





Cabe destacar que o montante de R\$ 633 milhões de reais, R\$ 452 foram destinados às despesas obrigatórias (Sentenças Judiciais, Folha de Pagamento e Despesas com Benefícios) e R\$ 178 referentes a despesas discricionárias que atenderam as despesas com o apoio administrativo, manutenção das 13 (treze) Unidades Gestoras e os projetos destinados à área finalística do SGB.

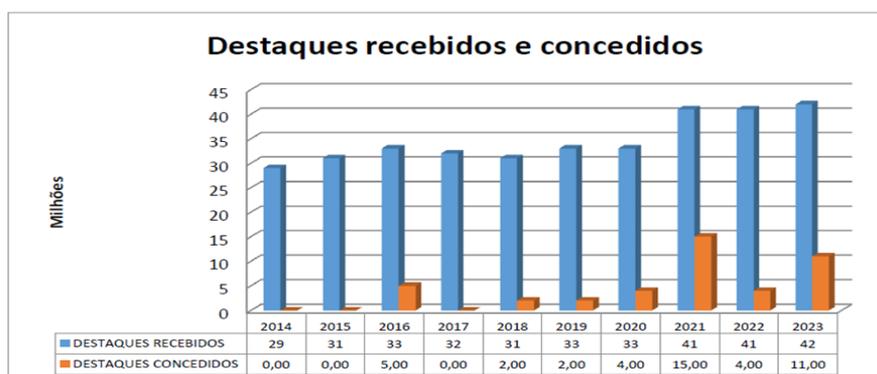
O SGB-CPRM recebeu, ainda, R\$ 2,8 milhões de Emenda Parlamentar de Comissão Mista, tendo executado 96% do orçamento destinado para a Empresa.

Com relação aos recursos financeiros oriundos da Lei Orçamentária Anual – LOA/2023, o SGB-CPRM executou 88% do montante recebido em 2023.

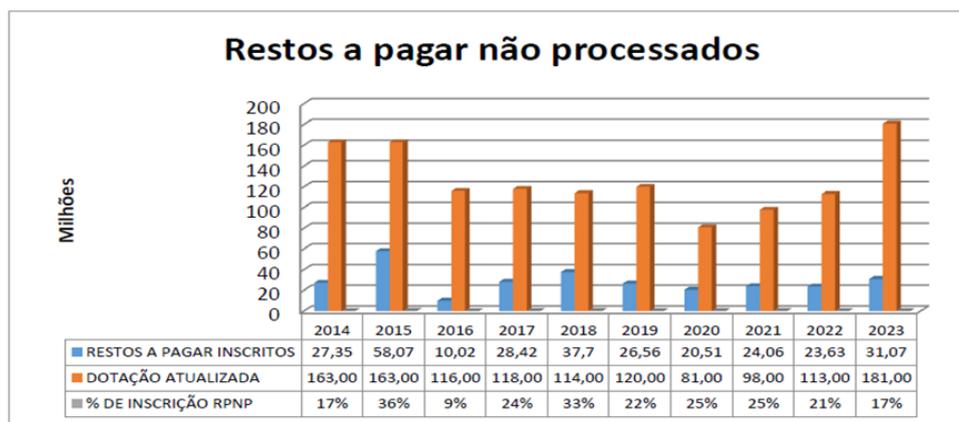
Em termos de execução orçamentária – despesas liquidadas – o SGB-CPRM liquidou o percentual de 93% orçamento definido pela LOA/2023, gerando com isso, uma diminuição significativa do montante a ser inscrito em Restos a Pagar para o exercício de 2024.

2.5.4. Informações Financeiras

O SGB-CPRM também recebeu R\$ 42,2 milhões relativos a Destaques Orçamentários (repasso orçamentário de outros órgãos da União), tendo como principal relevância o da Agência Nacional de Águas (ANA) do Ministério da Integração Nacional e do Desenvolvimento Regional (MDR), que representa 91,8% do total recebido. É importante salientar que, do montante disponível, o Tesouro Nacional tem uma participação de 93%, demonstrando que o SGB-CPRM desenvolve uma atividade típica de Estado, o que revela a sua importância para o setor mineral brasileiro, conforme demonstrado no quadro a seguir:



A gestão de restos a pagar vem sendo bastante eficaz, não só reduzindo o percentual de indicação, como também a execução dos valores inscritos, para liquidação e execução orçamentária no exercício correspondente, conforme demonstrado no seguinte quadro:



A totalidade das demonstrações financeiras da CPRM para o ano de 2023, assim como o Relatório do Auditor Independente para o período, podem ser encontradas nos Anexos A e B deste Relato Integrado. Além disso, realizamos atualizações frequentes e disponibilizamos as demonstrações financeiras da CPRM também no nosso site após a aprovação na Assembleia Geral Ordinária.

2.6. IMPACTOS ECONÔMICOS-FINANCEIROS DA OPERACIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Para exposição dos indicadores utilizados pelo SGB-CPRM para medir a efetividade da empresa na consecução dos objetivos das políticas públicas, registra-se a tabela abaixo, organizada em Programas e Ações Orçamentárias do PPA vigente. O valor alocado na PLOA, em cada Ação, foi utilizado para mensurar o custo incorrido nessa atuação específica por tema. Foi apresentado, ainda, os resultados entregues por cada Ação, bem como a descrição de cada indicador utilizado. Todas as informações abaixo foram extraídas do SIOP.

Políticas Públicas		Recursos a serem empregados	Origem	Recursos empregados	Previsão recursos anterior	Indicador de resultado	Resultado
Programa	Ação Orçamentária	PLOA 2023		LOA 2023 empenhado	PLOA 2022		
Gestão e Manutenção do Poder Executivo	125F - Implementação da Recuperação Ambiental da Bacia Carbonífera de Santa Catarina	22.620.916	TN	8.575.633	18.800.000	Área recuperada - unidade	17
2218 - Gestão de Riscos e de Desastres	20L9 - Levantamentos, Estudos, Previsão e Alerta de Eventos Hidrológicos Críticos	6.024.706	TN	5.578.056	5.000.000	Sistema disponibilizado - unidade	18
2218 - Gestão de Riscos e de Desastres	20LA - Mapeamentos Geológico-geotécnicos voltados para a Prevenção de Desastres	6.500.000	TN	7.866.989	5.000.000	Produto disponibilizado - unidade	212

Financeiro (R\$ 1,00)

2221 - Recursos Hídricos	2397 - Levantamentos Hidrogeológicos, Estudos Integrados em Recursos Hídricos para Gestão e Ampliação da Oferta Hídrica	11.900.000	TN	10.614.450	7.500.000	Levantamento realizado - unidade	14
3002 - Geologia, Mineração e Transformação Mineral	213Y - Levantamentos Geológicos e Integração Geológica Regional	35.000.000	TN	20.511.963	10.000.000	Área levantada - quilômetro quadrado	330.399
3002 - Geologia, Mineração e Transformação Mineral	21BB - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação nas Geociências e Setor Mineral	2.535.000	TN	2.516.164	1.500.000	Artigo científico publicado - unidade	9
3002 - Geologia, Mineração e Transformação Mineral	2399 - Avaliação dos Recursos Minerais do Brasil	29.833.332	TN	28.715.814	10.700.000	Área levantada - unidade	71
3002 - Geologia, Mineração e Transformação Mineral	2B51 - Gestão e Disseminação da Informação Geológica	18.200.000	TN	26.172.310	15.200.000	Serviço de informação prestado - percentual	97
3002 - Geologia, Mineração e Transformação Mineral	2B53 - Produção Laboratorial de Análises Minerais - Rede LAMIN	8.500.000	TN	8.642.957	8.500.000	Análise realizada - unidade	116.448
3002 - Geologia, Mineração e Transformação Mineral	2D62 - Levantamentos Geológico-Ambientais aplicados ao Ordenamento Territorial	1.500.000	TN	1.765.652	1.000.000	Estudo publicado - unidade	82
6013 - Oceanos, Zona Costeira e Antártica	20LC - Levantamento Geológico, Oceanográfico e Ambiental do Potencial Mineral do Espaço Marinho e Costeiro	9.000.000	TN	7.913.357	3.000.000	Pesquisa desenvolvida - unidade	11

2.6.1. Descrição dos Indicadores de Políticas Públicas

Os indicadores de Políticas Públicas foram assim definidos:

- **Ação Orçamentária 125F – Implementação da Recuperação Ambiental da Bacia Carbonífera de Santa Catarina: Área recuperada – unidade**

Implementação da recuperação ambiental da Bacia Carbonífera de Santa Catarina, envolvendo a elaboração dos Diagnósticos e dos Planos de Recuperação de Áreas Degradadas – PRADs para as áreas degradadas pela mineração de carvão na região sul do Estado de Santa Catarina, pelas quais a União foi responsabilizada em sentença transitada em julgado no STF em setembro de 2014. As áreas compreendem o passivo das mineradoras Treviso e a Companhia Brasileira Carbonífera Araranguá.

- **Ação Orçamentária 20L9 – Levantamentos, Estudos, Previsão e Alerta de Eventos Hidrológicos Críticos: Sistema disponibilizado – unidade**

Levantamento, Estudos, Previsão e Alerta de Eventos Hidrológicos Críticos através de 02

(duas) linhas de atuação: 1) Previsão e Alerta de Eventos Hidrológicos Críticos por meio de implantação e operação de Sistema de Alerta Hidrológico, composto de estações de hidrotelemetria, de análise de dados hidrológicos, modelagem, previsão hidrológica e difusão de boletins e informações hidrológicas para CEMADEN, CENAD, ANA, Defesa Civil, além de acesso para usuários em geral, através do sítio do SGB-CPRM. Inclui, ainda, a produção de sistemas avançados em hidrologia para subsidiar o aprimoramento do conhecimento dos processos hidrológicos e a adoção de novas tecnologias e metodologias no campo da hidrologia; 2) Levantamentos e Estudos Hidrológicos através de redes de monitoramento e geração de dados hidrológicos em suporte às pesquisas, estudos e inovação tecnológica relacionadas com hidrologia espacial, hidrologia isotópica hidrologia em bacias experimentais e representativas.

- **Ação Orçamentária 20LA – Mapeamentos Geológico-geotécnicos voltados para a Prevenção de Desastres: Produto disponibilizado – unidade**

Mapeamentos geológico-geotécnicos em municípios críticos com relação a riscos geológico voltado para subsidiar a prevenção de desastres e auxiliar na gestão adequada do território, através de quatro linhas de atuação: 1) identificação e delimitação de áreas de risco geológico alto e muito alto em áreas urbanas e rurais dos municípios selecionados, a partir de mapeamentos realizados nas escalas de 1:1.000 a 1:2.000, por meio dos quais são identificadas áreas sujeitas a sofrerem perdas ou danos provocados por eventos de inundações e movimentos gravitacionais de massa (deslizamentos, corridas de massa, quedas de blocos, dentre outros); 2) identificação e zoneamento de áreas em classes baixa, média, alta quanto a suscetibilidade a movimentos gravitacionais de massa e inundação, a partir de mapeamentos nas escalas de 1:25.000 a 1:50.000, por meio da caracterização do meio físico frente às suas potencialidades naturais a geração de processos que possam resultar em acidentes ou desastres com perdas de vidas e danos materiais); 3) identificação e delimitação de áreas em classes baixa, média, alta e muito alta de perigo de ocorrência de movimentos gravitacionais de massa, a partir de mapeamentos em escala 1:10.000, em regiões urbanizadas, trechos de rodovias e demais infraestrutura pública em áreas potenciais a geração de processos gravitacionais de massa, com a delimitação do atingimento máximo decorrente destes processos; e 4) Elaboração de mapeamento da aptidão e restrições à urbanização (cartas geotécnica) com a identificação e delimitação de regiões municipais com adequabilidades e restrições à ocupação frente a processos gravitacionais de massa, inundação e demais problemas geotécnicos, a partir de mapeamentos nas escalas de 1:10.000 a 1:50.000, os quais subsidiam o planejamento de uso dos espaços urbanos de forma a cobrir a instalação de novas áreas de risco a movimentos e evitar geração de problemas que podem ser induzidos pela ocupação desordenada; 5) Elaboração de cursos de materiais didáticos voltados à percepção do risco geológico para agentes públicos e comunidade.

- **Ação Orçamentária 2397 – Levantamentos Hidrogeológicos, Estudos Integrados em Recursos Hídricos para Gestão e Ampliação da Oferta Hídrica: Levantamento realizado – unidade**

Levantamento de informações hidrogeológicas através da rede de monitoramento integrado de águas subterrâneas; levantamento de disponibilidade hídrica, perfuração e revitalização de poços e implantação de sistemas simplificados de água; gestão de informações hidrogeológicas, através do cadastramento de fontes de abastecimento de águas subterrâneas; a administração de banco de dados e o desenvolvimento de sistemas de apoio à decisão em águas subterrâneas; implantação e operação de bacia escola; estudos por meio de avaliação das potencialidades e vulnerabilidades dos aquíferos e da elaboração de mapas hidrogeológicos em escalas diversas.

- **Ação Orçamentária 213Y – Levantamentos Geológicos e Integração Geológica Regional: Área levantada – quilômetro quadrado**

Esta ação orçamentária engloba diversos projetos técnicos com enfoques em: 1) Levantamentos/mapeamentos geológicos sistemáticos; 2) Integração da informação geológica e geofísica regional; 3) Gestão de bases de dados e disponibilização do conhecimento geológico 4) Levantamentos Aerogeofísicos.

O objetivo primordial da ação é promover o avanço do conhecimento geológico no território nacional, como indutor da pesquisa de recursos minerais e de recursos hídricos, como subsídio a estudos acadêmicos e da geodiversidade, e para políticas de gestão e ocupação do meio físico.

- **Ação Orçamentária 21BB – Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação nas Geociências e Setor Mineral: Artigo científico publicado – Unidade**

Essa Ação Orçamentária foi proposta no intuito de ser um dos agentes de solução da insuficiência das ações de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação nas geociências e no setor mineral. Causa esta considerada como crítica considerando que o setor mineral opera abaixo do seu potencial e com pouco foco em sustentabilidade e que é necessário ampliar a participação desse setor na economia com sustentabilidade, governança, segurança jurídica, estabilidade regulatória e inovação. A partir dessa Ação serão desenvolvidas pesquisas de caráter conceitual, metodológico e/ou tecnológico, cujos resultados proverão inovações ou respostas a problemas específicos à serviço dos projetos e linhas de atuação da instituição voltadas ao desenvolvimento do setor mineral, tornando-se também referências acadêmicas. Resultam em respostas ou soluções para questões geológicas fundamentais em temas de interesse especial das áreas finalísticas da instituição, disponibilizadas por meio de artigos científicos publicados em periódicos de ampla divulgação.

- **Ação Orçamentária 2399 – Avaliação dos Recursos Minerais do Brasil: Área levantada – unidade**

Definição de níveis de potencialidade mineral das áreas com conhecimento geológico variável, através de estudos de geologia econômica, realizados a partir de levantamentos geológicos-estruturais, geofísicos, geoquímicos, geocronológicos e espectrais, com vistas à geração de novas oportunidades exploratórias, diminuição dos riscos e atração de novos investimentos pelo setor mineral. As entregas correspondem a Informes de Recursos Minerais e mapas com indicações de áreas favoráveis à prospecção mineral e eventuais alvos prospectivos, resultantes da integração geológica, geofísica e geoquímica, ressaltando as áreas anômalas coincidentes: 1) mapas de recursos minerais, 2) mapas de favorabilidade, 3) mapas de potencialidade agrogeológica, 4) mapa de potencialidade para rochas ornamentais, 5) mapa de insumos para materiais da construção civil, 6) mapas geoquímicos ou de associações geoquímicas.

- **Ação Orçamentária 2B51 – Gestão e Disseminação da Informação Geológica: Serviço de informação prestado – percentual**

Aplicação da política de gestão da informação e comunicação do Serviço Geológico do Brasil, embutida nas regras de negócio dos bancos de dados e dos aplicativos de gerenciamento e disponibilização de sistemas de informação. Recebimento, consistência e custódia de Informações geocientíficas digitais e físicas geradas pelo Serviço Geológico do Brasil e, quando for o caso, por instituições congêneres, organizadas sob a forma de banco de dados e repositórios digitais e físicos. Possui o objetivo principal de garantir a infraestrutura de tecnologia de informação e de comunicação (TIC), necessária para a gestão eficiente do repositório das informações geocientíficas, assim como a sua divulgação. Atua também como responsável pela manutenção e ampliação das estruturas de acervos técnicos das informações geocientíficas físicas e digitais.

Entendida como finalística, fazendo parte da missão corporativa da Instituição de gerar e difundir as informações geológicas. Esta Ação é vital para a organização, padronização e disponibilização dos dados físicos e digitais e de divulgação, toda a política de gestão da informação da empresa, desde a metodologia compreendendo de armazenamento dos dados brutos até as regras de publicação e oferta pública dos produtos elaborados, incluindo também o link com as bases de dados de outras instituições.

O outro objetivo é a preservação e divulgação da memória geológica do Serviço Geológico do Brasil, contemplando todos os repositórios de dados e informações, tanto sob a forma física como sob a forma digital, incluindo-se aí o acervo de materiais geológicos coletados na execução dos projetos institucionais do Serviço Geológico do Brasil ou de empresas congêneres, organizados e armazenados nas bibliotecas, litotecas e Museu de Ciências da Terra, e disponibilizados em base de dados específicos.

- **Ação Orçamentária 2B53 – Produção Laboratorial de Análises Minerais – Rede LAMIN: Análise realizada – unidade**

Execução de análises minerais em apoio aos projetos de geologia do SGB-CPRM e de clientes externos; viabilização de parcerias estratégicas com laboratórios de outras instituições de forma a

propiciar a participação de redes de laboratórios visando à racionalização das operações e a qualidade dos resultados analíticos.

A ação tem por objetivo garantir a capacidade laboratorial em apoio aos levantamentos geológicos e demais atividades da instituição e de terceiros e ampliar a acreditação pela CGCRE-Inmetro, para todos os laboratórios de análises da Rede LAMIN e ampliar o escopo de acreditação, incluindo materiais geológicos.

- **Ação Orçamentária 2D62 – Levantamentos Geológico-Ambientais aplicados ao Ordenamento Territorial: Estudo publicado – unidade**

Compreende a elaboração de mapas síntese dos grandes geossistemas formadores do território nacional, explicitando suas limitações e potencialidades frente a diversos usos, tais como agricultura, ocupação urbana, recursos hídricos e potencial mineral e geoturístico, tomando-se por base a análise da constituição litológica da supra e da infraestrutura geológica, em diferentes escalas: mapas de geodiversidade estaduais 1:400.000 até 1:1.000.000; mapas da Plataforma Continental Brasileira e Áreas Adjacentes, 1:500.000; mapas de áreas de fronteiras, 1:250.000; mapas de áreas especiais em escalas de maior detalhe, até 1:50.000. São também elaborados Sistemas de Informações Geográficas – SIG e bancos de dados.

- **Ação Orçamentária 20LC – Levantamento Geológico, Oceanográfico e Ambiental do Potencial Mineral do Espaço Marinho e Costeiro: Pesquisa desenvolvida – unidade**

Análise e avaliação dos recursos minerais da zona costeira, do leito do mar e subsolo na Plataforma Continental Jurídica Brasileira, sua extensão nacional e internacional, por meio de levantamentos de dados oceanográficos, geológicos, geofísicos e biológicos gerando conhecimento necessário para garantir a soberania e os interesses nacionais na determinação de sítios de ocorrências de recursos minerais. Tendo por objetivo contribuir para o desenvolvimento da exploração sustentável de recursos minerais e uso compartilhado do espaço marinho. O indicador consiste em expedições e levantamentos geológicos marinhos, geofísicos e oceanográficos em áreas predefinidas, Relatórios, Informes e Mapas Temáticos publicados e base de dados geológicos, geofísicos e oceanográficos. Bem como perfis, sondagens, análises físicas e químicas, interpretação e integração dos dados.

2.7. COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES

Os resultados alcançados pelo SGB-CPRM em 2023 refletem o atendimento das expectativas relacionadas a diversas políticas públicas objeto dos 5 programas de governo em que atua no PPA 2020-2023. Conforme os resultados apresentados, é demonstrado o bom desempenho alcançado pela empresa no exercício de 2023, registrando alcance ou superação para 27 de um total de 40 indicadores do Plano Estratégico, o que representa quase 70% das metas estabelecidas.

Na perspectiva de Valores à Clientes e Usuários, especialmente no objetivo de Gerar Conhecimento Geocientífico, relacionado diretamente à Missão Institucional do SGB-CPRM, apenas 2 dos 13 indicadores não alcançaram a meta anual, e a média de desempenho foi de 114% de alcance das metas. Este desempenho positivo também é verificado nas entregas previstas nos programas de governo do PPA 2020-2023, no qual apenas 4 das 13 ações orçamentárias apresentaram desempenho acumulado 2020-2023 inferior ao esperado, mas ainda assim em um patamar bastante próximo à meta - exceto para a realização de novos levantamentos aerogeofísicos que teve dotação orçamentária apenas neste último ano de PPA. Os últimos levantamentos aerogeofísicos realizados foram em 2014, e de lá para cá foram estabelecidos novos normativos legais, além do fato de que as empresas com expertise para esse negócio estão atuando em outros países. Assim, para o próximo ciclo de PPA, cujos levantamentos aerogeofísicos são componentes do Indicador de meta do Programa Mineração Segura e Sustentável, o planejamento deverá se ajustar para que a aquisição seja realizada com sucesso.

As ações empreendidas pelo SGB-CPRM exercem influência significativa no progresso das operações no setor mineral, incluindo a certificação de qualidade para água mineral, área em que a Instituição detém exclusividade. Isso se reflete no aumento da Compensação Financeira pela

Exploração de Recursos Minerais (CFEM) e no crescimento da produção de bens minerais, contribuindo para sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro ao longo dos últimos anos. Um exemplo notável desse impacto foi observado na produção de mapas de avaliação da potencialidade do lítio, divulgados em 2022, cujas repercussões se materializaram em 2023 com o lançamento global do Vale do Lítio.

Em relação ao Programa de Governo 3002 – Geologia, Mineração e Transformação Mineral, seu desempenho foi medido através do Índice de Eficiência de Gestão Mineral – IEGM, que sintetiza resultados de ações da SGM, do MME; da ANM e do SGB-CPRM, para o atendimento das prioridades estabelecidas para o Programa. Em 2023, houve um alto desempenho dos Estudos Geológicos Publicados, que integram o IEGM, com alcance de 239% da meta anual, refletindo a ampliação da dotação orçamentária, e publicação de passivos (cuja entrega havia sido impactada pela pandemia). Tais estudos abrangem temas como a transição energética, a extração sustentável e alternativas de fontes para fertilizantes.

Os produtos gerados também representaram uma contribuição significativa para o aumento da disponibilidade hídrica, especialmente em regiões do semiárido brasileiro; para prevenção e mitigação das consequências dos desastres naturais, ordenamento territorial e uso sustentável dos recursos naturais - por meio da operação de 17 sistemas de alerta hidrológicos, da publicação de 53 cartas de suscetibilidade e 123 setorizações de riscos a deslizamentos e inundações (abrangendo uma estimativa de 5 milhões de pessoas expostas riscos).

Todo esse conhecimento é disponibilizado por meio dos repositórios Institucionais, incluindo bases de dados em constante aprimoramento, e através de iniciativas de disseminação do conhecimento geocientífico qualificado para diversos públicos.

O bom desempenho do SGB-CPRM ao longo do exercício se deve à melhoria das condições necessárias para o bom funcionamento, bem como à ampliação da dotação orçamentária. Merece destaque, ainda, o acompanhamento contínuo da execução orçamentária, visando a sua otimização e a melhoria da qualidade dos gastos públicos.

Por fim, a divulgação dos resultados e impactos sociais obtidos pelo SGB-CPRM é fundamental não apenas para fomentar a conscientização, apreciação e engajamento em torno do planejamento estratégico e dos princípios institucionais que a entidade garante, alinhados aos valores e compromissos sociais como uma Empresa Pública; como também para fortalecer a governança e a transparência, assegurando a melhor prestação de contas à sociedade e evidenciando todo o benefício social proporcionado pela empresa por meio da utilização dos recursos públicos que lhe são destinados.

2.8. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE OBJETIVOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

2.8.1. Balanço Social

Em consonância com as boas práticas de responsabilidade ambiental, social e de governança (*Environment, Social & Governance – ESG*) o SGB-CPRM publica seu balanço social, com demonstrações sociais, culturais, educativas, econômicas e ambientais de cunho institucional, que tem por objetivo a transparência relacionada ao uso de produtos e serviços da Empresa efetivamente empregadas para o bem comum e com vistas a prestar contas à sociedade.

O Balanço Social revela quão sólida é a sobrevivência e o crescimento da instituição com relação à responsabilização social e ao seu valor público, demonstrando de forma clara e objetiva o quanto foi devolvido em reais para a sociedade nas formas de tecnologias, conhecimento, cultura, educação, prevenção e desastres naturais, geração de emprego e impostos e taxas arrecadadas e revertidas para a sociedade. Esse assunto é um tema de grande relevância por destacar as necessidades de processos de integração de fatores sociais, econômicos e ambientais nas estratégias de ações das organizações.

Os programas e projetos desenvolvidos pelo SGB-CPRM atendem às diversas metas dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), integrando de maneira equilibrada as três dimensões da sustentabilidade – econômica, social e ambiental, pois:

- ampliam o desenvolvimento social em âmbito nacional e regional;
- colaboram diretamente com o desenvolvimento da agricultura, através dos remineralizadores do solo e dos estudos e pesquisas de fosfato e potássio;
- atraem investimentos do setor produtivo, aumentando o número de empregos diretos e indiretos;
- promovem o desenvolvimento econômico;
- contribuem para o aumento da disponibilidade hídrica;
- colaboram para a prevenção e mitigação das consequências dos desastres naturais;
- aumentam o consumo e a produção conscientes com sustentabilidade pelo uso dos minerais portadores do futuro (Li, W, Cu, Ni, grafita, Co, Mn) na indústria de base tecnológica, responsável pela produção de baterias de veículos elétricos e híbridos e de geradores de energia solar e eólica.

O primeiro Balanço Social do SGB-CPRM foi lançado em agosto de 2022, tendo como ano-base 2021. O segundo foi publicado em 2023 (ano-base 2022) e apresenta avanços em relação ao primeiro, pois houve a inclusão de 6 (seis) novos produtos e serviços valorados, com detalhamento dos impactos econômicos, totalizando 13 (treze) produtos e serviços. Apesar da difícil tarefa de valorar entregas de cunho social, ambiental, cultural e educativo, procurou-se destacar alguns desses serviços e produtos com ênfase em algumas das atividades realizadas nessas dimensões que fazem parte da sustentabilidade. Ambos os produtos estão publicados no sítio do SGB-CPRM.

Acesse aqui o Balanço Social lançado em 2023 (ano base 2022), cujo lucro social foi de aproximadamente 2 (dois) milhões de reais, disponível no link:

<https://rigeo.cprm.gov.br/handle/doc/24259>.

O Balanço Social relacionado ao ano de 2023 só será disponibilizado na plataforma a partir de agosto de 2024.

2.8.2. Direitos Humanos

O Serviço Geológico do Brasil – SGB-CPRM assegura a proteção dos direitos humanos e permanece vigilante por meio de suas unidades dedicadas à Ética, Governança, Corregedoria e Ouvidoria.

As atividades centrais do SGB-CPRM relacionadas à mitigação dos impactos de eventos hidrológicos extremos e ao mapeamento de áreas de risco geológico ajudam as autoridades civis na prevenção de perdas de vidas humanas e danos materiais causados por desastres ambientais, promovendo assim os direitos fundamentais e o princípio da dignidade humana.

As iniciativas de prevenção de desastres naturais podem ser acessadas em (<https://www.sgb.gov.br/publique/Gestao-Territorial/Prevencao-de-Desastres-38>), enquanto os alertas sobre eventos críticos estão disponíveis em (<https://www.sgb.gov.br/sace/>), além das informações fornecidas no Balanço Social da instituição.

Ainda neste sentido, o SGB-CPRM desempenha um papel primordial na proteção dos direitos humanos ligados à área de pesquisa mineral, fornecendo informações, monitoramento e orientações que podem ajudar a garantir que a atividade mineral seja realizada de forma responsável, sustentável e respeitosa dos direitos humanos.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

3. GOVERNANÇA CORPORATIVA

3.1. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Em resposta às mudanças inerentes ao cenário moderno, complexo e desafiador, o SGB-CPRM tem evoluído a fim de tornar sua missão e visão mais claras e adequadas às demandas da sociedade, do governo e da esfera privada. Sua missão é gerar e disseminar conhecimento geocientífico com excelência, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento sustentável do Brasil, enquanto sua visão é de ser referência na geração de conhecimento e no desenvolvimento de soluções efetivas em Geociências para o bem-estar da sociedade brasileira.

As atividades desenvolvidas pelo Serviço Geológico do Brasil (SGB-CPRM) têm como objetivo primordial a atuação em diversas áreas intrínsecas às geociências, sintetizadas em três grandes linhas:

- Geologia e Recursos Minerais;
- Geologia Aplicada e Ordenamento Territorial; e
- Hidrologia e Hidrogeologia.

3.1.1. Parcerias estratégicas nacionais

O SGB-CPRM mantém parcerias estratégicas em nível federal, estadual e municipal, com órgãos responsáveis pela elaboração de políticas públicas e planejamento ligado ao desenvolvimento social, ambiental e econômico, contribuindo para a delimitação de áreas adequadas ao uso e ocupação da terra, apontando as áreas com aptidões ao desenvolvimento, preservadas e/ou recuperadas, além de contribuir para ações emergenciais decorrentes de desastres naturais.

Federal	Estadual
Agência Nacional de Águas (ANA) Agência Nacional de Mineração (ANM) Agência Nacional de Petróleo (ANP) Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) Consórcio ZEE Brasil (MMA) Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Centro de Pesquisa Mineral CETEM Centro de Pesquisas (CENPES) Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD) Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN) Defesa Civil Federal	Secretarias estaduais (Planejamento, Mineração, Recursos Hídricos, Obras, Meio Ambiente e Defesa Civil), Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), Instituto Geológico (IGSP), Cia. Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM), Departamento de Recursos Minerais (DRM-RJ), Defesas Cívicas Municipais
	Universidades As instituições de pesquisa, universidades (USP, UNESP, UNICAMP, UFRJ, UERJ, UFBA, UFPA, UFAM, UFPE, UFC, UFMG, UFOP, UFRGS, UFPR, UFRN, UFRRJ, PUC) e Escolas.

Organizações parceiras do SGB nas instâncias Federal, Estadual e Municipal

Durante o ano de 2023, o SGB-CPRM contabilizou 40 parcerias nacionais, desenvolvidas em diferentes modalidades, sendo os Acordos de Cooperação Técnica – ACT a forma de parceria mais recorrente.

3.1.2. Projetos em parceria

Os projetos em parceria desenvolvidos abrangem diferentes áreas temáticas do conhecimento geológico, cabendo destaque aos voltados para P,D&I nas áreas de geologia básica, energia (óleo e gás, energias renováveis e outras); água (hidrogeologia, hidrologia, uso racional e outras) e outras áreas do conhecimento geocientífico. Na temática de geologia e mineração, merecem destaque os projetos voltados para o desenvolvimento geoeconômico, para pesquisa com remineralizadores e para as trocas de dados que visam atualização, consistência e integração de dados geológicos básicos. Na temática de hidrologia a gestão territorial, destacam-se os projetos voltados para compartilhamento de dados para composição de sistema integrado de gestão de águas subterrâneas, para o

desenvolvimento de pesquisa e cartografia hidrogeológica e para operação e monitoramento de recursos hídricos superficiais e subterrâneos.

3.1.3. Cooperação internacional

As iniciativas de intercâmbio, colaboração e cooperação internacional são entendidas como estratégicas e complementares para o cumprimento da missão institucional e para o desenvolvimento científico e tecnológico do SGB-CPRM. O exercício de 2023 foi pautado pela busca por conhecimento e formação complementares dos nossos pesquisadores e colaboradores, aproximação com instituições, centros e grupos de referência no Brasil e no exterior por meio de uma maior presença internacional e em sinergia com a Política Externa Brasileira, bem como as políticas para o setor lideradas pelo Ministério de Minas e Energia.

Nesse sentido, foram iniciadas tratativas para o estabelecimento de acordos de cooperação com o Serviço Geológico Chinês (CGS), o Serviço Geológico Britânico (BGS), o Serviço Geológico Francês (BRGM), a Sociedade Nacional de Minas (Camarões), entre outras ações feitas juntos a governos estrangeiros visando ampliar o escopo de atuação e a rede de parceiros internacionais do SGB-CPRM. Foram desenvolvidas atividades derivadas dos acordos firmados em 2022 (Nações Unidas/AIEA, Serviço Geológico Alemão (BGR), Serviço Geológico Colombiano (SGC), Serviço Geológico Argentino (SEGEMAR), RESTEC (JICA), Google), assim como foi dada sequência à participação com protagonismo de eventos e iniciativas internacionais relevantes (Reunião sobre passivos ambientais ASGMI/Criciúma, PDAC – Canadá, *TRIDENT Kick-off Meeting* – Portugal, *9th International Conference on Flood Management (ICFM9)* – Japão, *International Symposium on Uranium Raw Material for the Nuclear Fuel Cycle (URAM-2023)* – Áustria, Conferência GEOHAB 2023 (*Marine Geological & Biological Mapping*), Conferência de Água das Nações Unidas, *ICHARM – International Centre for Water Hazard and Risk Management* – UNESCO, entre outros).

O protagonismo internacional deu-se também através da formalização do SGB-CPRM como partícipe em representações e comitês de cooperação internacional científica e tecnológica, como: Comitê de Monitoramento e Modelos do Projeto: "*Implementación del Programa de Acción Estratégica del Sistema Hídrico Guaraní (SAG)*", Geoportal REMPOR (AIEA), ISBA (Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos).

Dentro desse perfil multidisciplinar, com ampla representatividade internacional e multifacetado nos propósitos, foram realizadas mais de 80 missões em mais de 25 países em diversas modalidades como doutorado sanduíche, intercâmbio de curta duração, visitas de campo, apresentações em eventos científicos, participação em reuniões temáticas e técnicas. Com a crescente retomada das agendas internacionais desde o fim da pandemia de COVID, em 2023 foi possível pavimentar, por meio das negociações com representantes de instituições estrangeiras, uma ampla agenda para o ano de 2024, ampliando a percepção do SGB-CPRM como ator fundamental no diálogo internacional associado a potencial mineral e hídrico, em posição de destaque no continente.

3.1.4. O SGB-CPRM e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Desde 2020, o Serviço Geológico do Brasil integra a Rede Brasil do Pacto Global da ONU, porque se compromete com os dez princípios que compõem as quatro diretrizes: direitos humanos, trabalho, anticorrupção e meio ambiente. O Pacto Global é o braço corporativo da ONU para atendimento à Agenda 2030. A Empresa também incentiva a sustentabilidade empresarial e as práticas de ESG (governança ambiental, social e corporativa). Em 2023, o Serviço Geológico do Brasil fez articulações para adesão aos movimentos do Pacto Global e pretende firmar adesões em 2024.

A Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) foi desenvolvida pela união dos principais líderes mundiais visando estabelecer um conjunto ações que possam ser aplicadas em todo o continente para a erradicação da pobreza, proteção do planeta e garantir que as pessoas alcancem a paz e a prosperidade. Para tanto, foram estabelecidos 17 (dezessete) Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS. O Serviço Geológico do Brasil tem seus projetos e serviços mapeados quanto ao seu impacto nos ODS. Neste sentido, pública em seu balanço social anual, bem como na comunicação de engajamento periódica enviada ao Pacto Global, as suas ações para contribuir com os acordos internacionais.

3.2. ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCO

O modelo de Governança e Gestão Corporativa do Serviço Geológico do Brasil (SGB-CPRM) foi estruturado com base nas melhores práticas, definidas no Referencial Básico de Governança Organizacional do Tribunal de Contas da União – 3ª Edição (2020), elaborado para organizações públicas e outros entes jurisdicionados ao TCU.

A estrutura organizacional do SGB-CPRM foi definida conforme disposto no seu Estatuto Social, aprovado na Assembleia Geral realizada em 29 de janeiro de 2021, composta pela Assembleia Geral de Acionistas e os seguintes órgãos estatutários: Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração.

Desta forma, o SGB-CPRM é administrado por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva, formada pelo Diretor-Presidente e por mais quatro Diretorias: Diretoria de Geologia e Recursos Minerais (DGM), Diretoria de Hidrologia e Gestão Territorial, Diretoria de Infraestrutura Geocientífica (DIG) e Diretoria de Administração e Finanças (DAF).

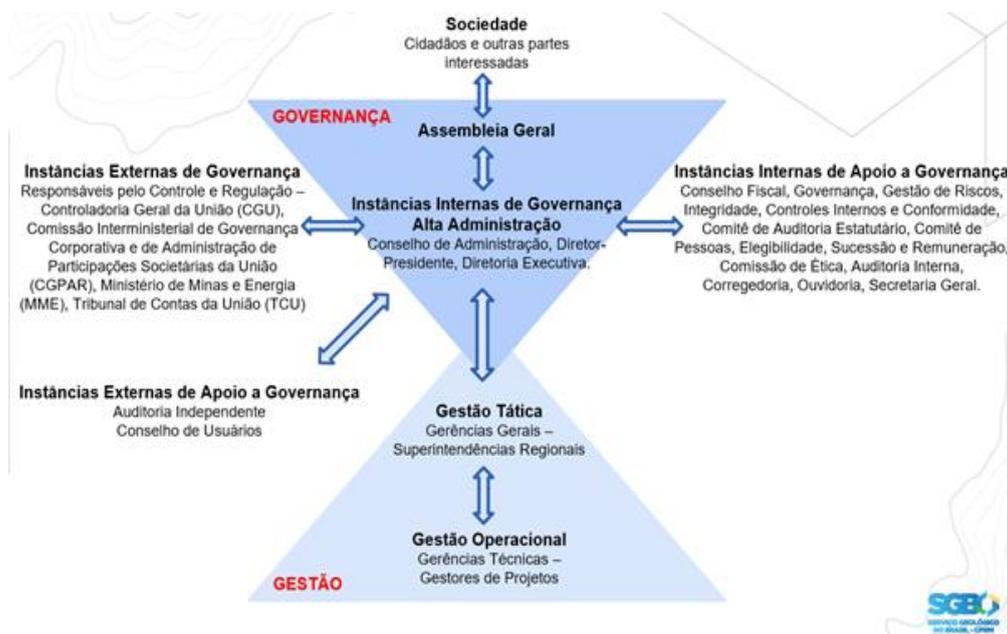
Para dar suporte a Governança e a Gestão da Empresa, a Alta administração conta com o apoio do Conselho Fiscal, Área de Governança, Gestão de Riscos e Integridade, Controles Internos e Conformidade, Comitê de Auditoria Estatutário, Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração, Comissão de Ética, Auditoria Interna, Corregedoria, Ouvidoria e da Secretaria Geral.

Além dessas áreas, também fazem parte da estrutura organizacional da Empresa, as instâncias externas de Governança, responsáveis pela fiscalização, pelo controle e regulação, representadas pela Controladoria Geral da União (CGU), Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), Ministério de Minas e Energia (MME) e Tribunal de Contas da União (TCU).

Para dar apoio às instâncias externas de Governança, a Empresa conta com a atuação da Auditoria Independente e do Conselho de Usuários.

A estrutura de Governança do SGB-CPRM também conta com suas instâncias de Gestão Tática e Operacional. A Gestão Tática é composta pelas Gerências Gerais e Superintendências Regionais, responsáveis por coordenar as ações finalísticas de atuação da empresa. A Gestão Operacional, formada pelas Gerências Técnicas e Gestores de Projetos, é responsável pela execução dos processos produtivos finalísticos e de apoio.

Desta forma, a estrutura organizacional do SGB-CPRM foi desenvolvida de maneira que as áreas de governança e de gestão pudessem trabalhar em conjunto, com foco nos objetivos estratégicos da empresa, visando a geração de valor público para a sociedade de maneira sustentável. A figura a seguir demonstra as principais instâncias de governança e gestão no âmbito do SGB-CPRM:



Estrutura de Governança e Gestão do SGB-CPRM 2023

3.2.1. Governança

A Governança tem enfoque na qualidade do processo decisório e sua efetividade: como obter o maior valor possível para as diversas partes relacionadas/interessadas. Ela colabora com a gestão na orientação de soluções, na tomada de decisões e no alcance de resultados. Em síntese, enquanto a GESTÃO é a função executora, a GOVERNANÇA tem função orientada para a conformidade, integridade, mitigação de riscos, melhores práticas e controle dessa execução.

3.2.2. Gestão

Fazer a Gestão de uma instituição significa receber o direcionamento superior e se preocupar com a qualidade da implementação desta direção, com eficácia e eficiência, ou seja, após compreender sua missão, a gestão se preocupa em apresentar clareza sobre o que deve ser feito, fornecer os recursos necessários, avaliar os riscos mais relevantes para o cumprimento dos objetivos, ponderando custo x benefício. Esta deve ser feita apoiada na governança.

3.2.3. Unidades de Governança

O cenário complexo e desafiador do País, tanto econômico quanto de negócios, tem motivado as empresas estatais a buscarem fortalecer suas estruturas de Governança, composta pelos seguintes órgãos estatutários: Assembleia Geral, Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria (COAUD) e Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração e pelas seguintes unidades internas de apoio a governança: Corregedoria, Ouvidoria, Auditoria Interna e um departamento de Governança, composto pelas áreas de Gestão de Riscos e Integridade e Controles Internos e Conformidade.

As instâncias internas de apoio à governança realizam a comunicação entre as partes interessadas e auditorias.

A **Assembleia Geral** é o órgão máximo do SGB-CPRM, com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao seu objeto e as competências de todos esses órgãos encontram-se no Estatuto Social da Empresa.

O SGB-CPRM é administrado pelo **Conselho de Administração** e pela **Diretoria Executiva**, e está composta por um Diretor-Presidente e outros quatro Diretores. Observadas as normas legais relativas à administração pública indireta, os administradores deverão orientar a execução das atividades da Empresa com observância aos princípios e as melhores práticas adotados e formuladas por instituições e fóruns nacionais e internacionais que sejam referência no tema da governança corporativa.

A **Superintendência de Planejamento Estratégico (SUPLAN)** é o órgão vinculado à Presidência da empresa que tem por objetivo básico a condução dos assuntos referentes ao Planejamento Estratégico e Orçamentário, bem como o acompanhamento do portfólio de projetos do SGB-CPRM. Realiza os monitoramentos trimestral dos Indicadores do Mapa Estratégico da Empresa e semestral da Gratificação de Desempenho de Atividades Geocientíficas (GDAG), a atualização anual do Plano Estratégico e conduz a elaboração do Programa Anual de Trabalho (PAT). O Programa Anual de Trabalho, alinhado aos objetivos estratégicos do Planejamento e às políticas públicas, é submetido à aprovação do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva da empresa.

O acompanhamento é registrado num painel de bordo e, trimestralmente, prestado contas à Diretoria Executiva, e, ao final do exercício, também ao Conselho de Administração. Em caso de necessidade de correção de rumos, medidas de ajustes são estabelecidas e, se necessário, é realizado um ajuste no planejamento, sendo este submetido à aprovação da alta administração. Os resultados trimestrais apurados, seja de realização físicas ou orçamentária, são divulgados aos administradores e são disponibilizados na intranet da empresa. A execução física é divulgada trimestralmente e a orçamentária, semanalmente. Além disso, é disponibilizado pelo Departamento de Orçamento e Finanças (DECOF) da empresa, um painel orçamentário que permite consulta dinâmica sobre as despesas realizadas.

O SGB-CPRM conta com uma unidade de **Auditoria Interna** na sua estrutura organizacional, a qual está vinculada hierarquicamente ao Conselho de Administração. A Auditoria Interna é uma

atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria, desenhada para adicionar valor e melhorar as operações de uma organização. A Audite tem por objetivo assessorar a administração na aferição do desempenho e cumprimento das atribuições definidas para cada área da empresa, tendo em conta as diretrizes governamentais e as metas previamente determinadas. Para tanto, emite relatórios, notas e pareceres que contêm análises, avaliações e recomendações de forma a assegurar a fidedignidade das informações relativas ao desempenho e atividades das áreas examinadas, para que o planejamento estratégico possa ser concretizado e as ações transformadas em resultados. Desse modo, o Relatório de Atividades da Auditoria Interna do SGB-CPRM, é apresentado para conhecimento e apreciação da Diretoria Executiva e dos órgãos de controle interno e externo, bem como para conhecimento do público em geral, o qual tem como finalidade demonstrar, em síntese, o resultado dos trabalhos relativos ao exercício anterior.

A **Corregedoria** integra o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal – SISCOR, cujo órgão central é a Corregedoria-Geral da União. Quanto à vinculação, figura no organograma geral do SGB-CPRM como subordinada ao Conselho de Administração e, como Unidade Seccional, está sujeita à orientação normativa da Controladoria-Geral da União (CGU).

A **Consultoria Jurídica (COJUR)** do SGB-CPRM tem por objetivo básico a condução das atividades jurídicas de natureza preventiva, contratual e contenciosa, com funções de assessoramento à Diretoria Executiva, orientação técnica aos demais departamentos e de representação judicial e extrajudicial na defesa dos interesses da empresa. A atuação da Consultoria Jurídica, e suas divisões, permeia diversas áreas da empresa, seja no âmbito do assessoramento de contratos, parcerias, e consultas, evitando demandas judiciais e mitigando riscos administrativos, ou mesmo na efetiva defesa dos interesses da SGB-CPRM em juízo, logrando êxito substancial em sua atuação.

No SGB-CPRM, o direito de participação e controle da sociedade é realizado de forma a permitir o acesso à informação (Lei nº 12.527, de 18/11/2011) com a transparência passiva e ativa, e proporcionando o tratamento das manifestações de seus usuários/clientes com relação à política técnico-administrativa da empresa em geral e de seus produtos e serviços de forma integrada por meio da Plataforma Fala.BR.

A Governança exerce papel fundamental para que todo o Serviço Geológico do Brasil esteja em conformidade com os seus princípios e valores, refletidos em políticas, procedimentos e normas internas e com as leis e os dispositivos regulatórios a que está submetida, visando aumentar a confiança dos membros da sociedade sobre a forma como é gerida a Empresa e como os recursos colocados à disposição são executados pelos gestores.

O **Departamento de Governança** do SGB-CPRM, fundamentalmente, é constituído por duas áreas de atuação: Gestão de Riscos e Integridade e de Controles Internos e Conformidade.

Além disso, o Departamento de Governança assessora os setores técnicos, comitês, comissões e grupos de trabalho, tendo apresentado e orientado a respeito da base legal e dos procedimentos a serem adotados pela empresa em temas como LGPD e Segurança da Informação, bem como em relação à transparência passiva e ativa, incluindo uma avaliação quanto à situação em todos os itens exigidos e com contribuição quanto à nova política de transparência da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST).

Cumprindo seu papel, apoia as reuniões do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário, quando solicitado, além de exercer supervisão funcional nos assuntos relativos a estruturas de integridade, gestão de riscos, controles internos e conformidade; promove práticas e princípios de conduta e padrões de comportamentos. Além dessa atuação, o setor assessora ainda, setores técnicos, comitês, comissões e grupos de trabalho.

A Gestão de Riscos e de Controles Internos é realizada de forma integrada, objetivando o estabelecimento de um ambiente de controle e gestão de riscos que respeite os valores, interesses e expectativas do SGB-CPRM e do Governo Federal, bem como de todas as partes interessadas, tendo o cidadão e a sociedade como principais vetores.

A área de **Gestão de Riscos e Integridade** da Governança, tem como um de seus objetivos orientar os administradores do SGB-CPRM nas atividades de gerenciamento de riscos e oportunidades, bem como pela implementação das ações de integridade no âmbito da Empresa.

No exercício de 2022, o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva aprovaram a Declaração de Apetite a Riscos, que quantificou os riscos que o SGB-CPRM está disposto a correr para

a geração de valor público para a sociedade.

Esta área também atua em conjunto com a Comissão de “Unidades de Integridade”, formada pelas áreas da Governança (Integridade), Ouvidoria, Corregedoria, Comissão de Ética e Auditoria Interna, implementada no SGB-CPRM em 2022, com o objetivo de tratar os temas relacionados à conduta, ética e integridade, promover a cultura ética no âmbito da empresa, fomentar a implantação de boas práticas e ações relacionadas ao Programa de Integridade e o Código de Conduta, dentre outras atribuições.

A área de **Controles Internos e Conformidade** da Governança, tem por objetivo básico colaborar para que as práticas corporativas estejam em conformidade com os princípios e valores refletidos em políticas, regimentos, normas internas, leis e os dispositivos regulatórios a que está submetida a Empresa, visando aumentar a confiança da sociedade na condução de seus objetivos.

Em parceria com o Escritório de Processos, vinculado à Superintendência de Planejamento Estratégico (SUPLAN), a área também participa dos trabalhos de mapeamento de processos atrelados a instituição de normativos, que são parte de instrumentos de controle, tanto para a gestão, quanto para os públicos interno e externos (empregados, órgãos de controles e secretarias e ministérios).

O trabalho articulado da área de Controles Internos com outras linhas de defesa, como a Auditoria Interna (AUDITE), o Comitê de Auditoria Estatutário (COAUD), a Ouvidoria e a Corregedoria, além da Alta Administração e Conselho Fiscal, se faz importante para a melhor comunicação e adoção de ações pelas áreas gestoras e de monitoramento, fazendo com que o SGB-CPRM esteja sempre zeloso com a interação entre as instâncias internas de apoio à Governança da empresa.

3.3. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

3.3.1. Fatores de avaliação de riscos

Análise de Riscos orientada para resultados é uma ferramenta que facilita aos gestores aprimorar a prestação de contas, ajustar a alocação orçamentária e orientar as decisões que priorizam as políticas públicas. Para determinação do impacto são atribuídos pesos aos fatores avaliativos, utilizando-se do método *Analytic Hierarchy Process (AHP)*, técnica útil para classificar riscos ou priorizar ações de tratamento, entre outras aplicações.

A avaliação de impacto utilizará os seguintes fatores de análise e pesos de distribuição caso o evento de risco ocorra, de acordo com a declaração de apetite a riscos, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração:

- **Esforço de gestão (20%):** se evento de risco impacta no atingimento dos resultados definidos pelo próprio órgão em seus instrumentos de planejamento organizacional, tais como Planejamento Estratégico e Plano Plurianual (PPA).
- **Regulação (10%):** se evento de risco impacta nos atos normativos vigentes que regem o objeto (processo, projeto) da Gestão de Riscos, e medidas correlacionadas determinadas pelos órgãos de controle.
- **Reputação/Imagem (15%):** se evento de risco impacta nos aspectos de confiança da sociedade em relação à capacidade do SGB-CPRM em cumprir sua missão institucional e que interferem na imagem do órgão.
- **Negócios/Serviços à sociedade (30%):** se evento de risco impacta no atingimento dos resultados das estratégias setoriais expostas nas Políticas e Planos Nacionais de cada uma das políticas setoriais.
- **Intervenção Hierárquica (10%):** se evento avalia a necessidade, relevância, desenho, implementação, utilidade de uma intervenção proposta que busca concretizar os objetivos de uma política.
- **Orçamentário/Financeiro (15%):** se evento de risco impacta na gestão orçamentária e financeira do SGB-CPRM.

3.3.2. Matriz de Riscos Estratégica

A Matriz de Riscos Estratégica é uma ferramenta que permite aos gestores mensurar, avaliar e ordenar os eventos de riscos que podem afetar o alcance dos objetivos dos Programas/Ações de responsabilidade do SGB-CPRM.

A área de Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos têm suas atribuições previstas no Estatuto Social, com mecanismos que assegurem atuação independente, sendo o dirigente máximo da empresa, o principal responsável pelo estabelecimento da estratégia da organização e da estrutura de gerenciamento de riscos. O Gerenciamento de Risco do SGB-CPRM é um processo conduzido pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva e demais empregados, aplicado no estabelecimento de estratégias, formuladas para identificar em toda a Empresa eventos em potencial, capazes de afetá-la, e administrar os riscos de modo a mantê-los compatível com o apetite a risco do SGB-CPRM, de forma a possibilitar garantia razoável do cumprimento dos seus objetivos.

Em atendimento ao disposto na Lei nº 13.303/2016 e no Decreto nº 8.945/2016 que a regulamenta, no Estatuto Social, no Regimento Interno da Governança e na Política de Gestão de Riscos Corporativos, é apresentado o resultado da identificação e análise dos fatores de risco mais relevantes para cada objetivo do Plano Estratégico 2023-2027.

O trabalho foi elaborado por meio de discussões e análises realizadas junto a Superintendência de Planejamento Estratégico (SUPLAN), que conduz a atualização anual do plano estratégico, com base no conhecimento e experiência da equipe oriunda das diferentes áreas da empresa. A metodologia utilizada foi estruturada em 6 etapas, que são a base para os principais regulamentos de gestão de riscos: estabelecimento do contexto, identificação dos riscos, análise dos riscos, tratamento dos riscos, monitoramento dos riscos e comunicação.

O nível de risco expressa a magnitude de um determinado evento de risco, em termos da combinação de seu impacto (de 1 a 5) e probabilidade (de 1 a 5) de ocorrência, variando de acordo com a classificação a seguir:

Níveis de Risco	Pontuação
Risco Crítico	13 a 25
Risco Alto	7 a 12
Risco Moderado	4 a 6
Risco Pequeno	1 a 3

Níveis de classificação de riscos corporativos

Após a identificação dos eventos relacionados aos objetivos estratégicos e com base na classificação exposta acima, os riscos estratégicos foram categorizados quanto ao seu nível.

3.3.2.1. Identificação dos níveis de risco dos objetivos do Mapa Estratégico 2024-2028

IMPACTO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIEDADE			
<p>Ampliar o conhecimento geocientífico para gerar atratividade do setor mineral de forma sustentável e subsidiar a gestão pública dos recursos minerais e energéticos</p>	<p>Contribuir com a prevenção e a Gestão de Riscos de Desastres no Território Nacional</p>	<p>Promover o Desenvolvimento da Geologia Marinha e Costeira apoiando o Uso Sustentável do Nosso Ambiente Marinho</p>	<p>Contribuir para o aumento da Oferta Hídrica</p>
<p>Risco 01- Carência de pessoal técnico especializado (P4xI5=20)</p>	<p>Risco 02 - Atendimento limitado dos objetivos da política pública para prevenção de desastre (P4xI4=16)</p>	<p>Risco 03 -Carência orçamentária (P4xI5=20)</p>	<p>Risco 04 - Desatendimento do objetivo da Política Pública (P3xI4=12)</p>

ENTREGAS PARA CLIENTES E USUÁRIOS

<p style="text-align: center;">Gerar o conhecimento geológico, geofísico e geoquímico do Brasil</p> <p style="background-color: #ff0000; color: white; padding: 5px;">Risco 05 - Morosidade dos processos administrativos na contratação de serviços e na aquisição de materiais/insumos (P4xI5=20)</p>	<p style="text-align: center;">Estimular o Investimento do Setor Mineral com sustentabilidade</p> <p style="background-color: #ffff00; padding: 5px;">Risco 06 - Limitação no atendimento de demandas do setor mineral (P2xI3=6)</p>	<p style="text-align: center;">Promover o Ordenamento Territorial com o uso da Geologia Aplicada</p> <p style="background-color: #ffcc00; padding: 5px;">Risco 07 - Escassez de pessoal para revisão ortográfica, normalização e editoração (P4xI3=12)</p>
<p style="text-align: center;">Avaliar a Qualidade das Águas Minerais do Brasil</p> <p style="background-color: #ff0000; color: white; padding: 5px;">Risco 08 - Atraso e/ou não entrega dos resultados dentro dos prazos pactuados, tanto das solicitações da ANM na análise das fontes de água mineral do País (P4xI4=16)</p>	<p style="text-align: center;">Ampliar a Capacidade de Previsão de Cheias, Inundações e Estiagens</p> <p style="background-color: #ff0000; color: white; padding: 5px;">Risco 09 - Indisponibilização do Sistema SACE (P4xI5=20)</p>	<p style="text-align: center;">Prover o Conhecimento Geológico-geotécnico fundamental à prevenção de desastres</p> <p style="background-color: #ffcc00; padding: 5px;">Risco 10 - Exposição a situações de alta periculosidade em centros urbanos com alta vulnerabilidade social (P3xI4=12)</p>
<p style="text-align: center;">Subsidiar o Planejamento Setorial do Espaço Marinho e Costeiro</p> <p style="background-color: #ff0000; color: white; padding: 5px;">Risco 11 - Atraso ou falta de contratos de embarcações (P4xI4=16)</p>	<p style="text-align: center;">Realizar Levantamentos, Monitoramentos e estudos hidrológicos</p> <p style="background-color: #ffcc00; padding: 5px;">Risco 12 - Imperfeição dos objetivos da Ação Levantamento Hidrogeológicos (P3xI4=12)</p>	<p style="text-align: center;">Ampliar e fortalecer a disseminação de conhecimento geocientífico para a sociedade</p> <p style="background-color: #ff0000; color: white; padding: 5px;">Risco 13 - Falta de material apropriado em linguagem cidadã para a mediação geocientífica (P4xI4=16)</p>

PROCESSOS

<p style="text-align: center;">Aprimorar a Efetividade na Gestão dos Projetos</p> <p style="background-color: #ffcc00; padding: 5px;">Risco 14 - Insuficiência de planejamento, acompanhamento e controle dos projetos (P3xI4=12)</p>	<p style="text-align: center;">Melhorar a Eficiência dos Processos Organizacionais</p> <p style="background-color: #ff0000; color: white; padding: 5px;">Risco 15 - Falta de padronização dos processos (P4xI4=16)</p>	<p style="text-align: center;">Otimizar a Execução Orçamentária e Financeira</p> <p style="background-color: #ff0000; color: white; padding: 5px;">Risco 16 - Insuficiência de Planejamento, acompanhamento e controle da execução orçamentária (P3xI5=15)</p>
<p style="text-align: center;">Desenvolver a Gestão da Qualidade</p> <p style="background-color: #ffff00; padding: 5px;">Risco 17 - Descomprometimento da realização das pesquisas de satisfação (P2xI2=4)</p>	<p style="text-align: center;">Dar suporte técnico a Geração de Conhecimento Geocientífico</p> <p style="background-color: #ffcc00; padding: 5px;">Risco 18 - Carência de infraestrutura e plataformas tecnológicas adequadas (P2xI4=8)</p>	

RH & INFRAESTRUTURA

Investir na capacitação dos recursos humanos	Promover a governança organizacional	Alinhar a Infraestrutura à Estratégia (corporativa e tecnológica)
Risco 19 - Insuficiência de orçamento para realização de capacitações (P2xI3=6)	Risco 20 - Carência na aderência às boas práticas de Governança Corporativa (P2xI3=6)	Risco 21 -Infraestrutura insuficiente (P3xI3=9)

		MATRIZ DE RISCO				
IMPACTO	(5) Catastrófico			16	1,3,5,9	
	(4) Grande		18	4, 10,12,14	2, 8, 11,13,15	
	(3) Moderado		6,19,20	21	7	
	(2) Pequeno		17			
	(1) Insignificante					
		(1) Muito Baixa	(2) Baixa	(3) Média	(4) Alta	(5) Muito Alta
		< 10%	>=10% <= 30%	>=30% <= 50%	>=50% <= 90%	>90%
		PROBABILIDADE				

Matriz de impacto x probabilidade dos riscos dos objetivos do Mapa Estratégico 2024-2028

3.3.3. Controles Internos e Conformidade

A Política Normativa é parte integrante do instrumento de controle, é uma forma de organizar as ideias que subsidiarão tanto a gestão como os públicos interno e externo (empregados, colaboradores, órgãos de controles, secretarias e ministérios), em relação aos programas pré-definidos pelo SGB-CPRM e às demandas socioeconômicas do país.

A área de Controles Internos e Conformidade, em parceria com o Escritório de Processos, vinculado à Superintendência de Planejamento Estratégico (SUPLAN), participa dos trabalhos de mapeamento dos processos atrelados à instituição dos normativos em andamento no âmbito da Governança.

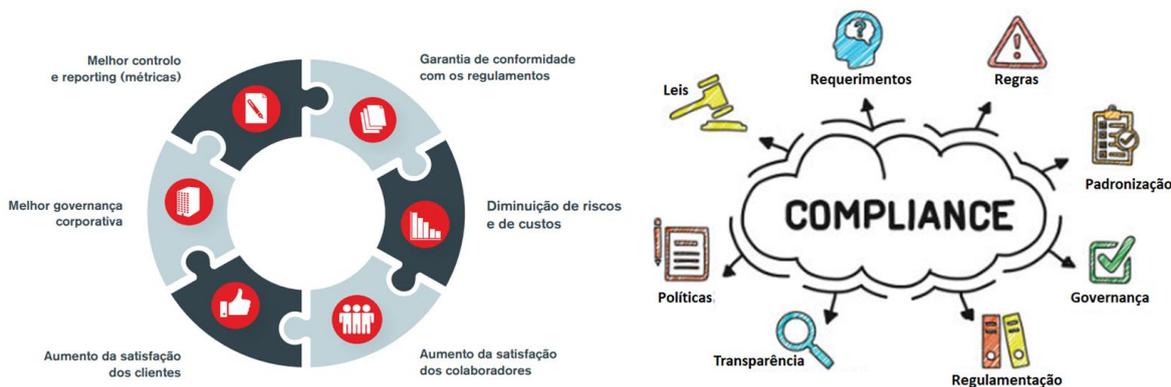
A constante análise dos instrumentos normativos possibilita identificar quais apresentam maiores fragilidades, a fim de eliminar/mitigar potenciais vulnerabilidades da gestão. O mapeamento das criticidades das políticas, regulamentos, regimentos internos, normas e instruções, apontando as prioridades de atualizações, são colaborações à conformidade do SGB-CPRM.

O trabalho articulado da área de Controles Internos e Conformidade com outras linhas de defesa, como a Auditoria Interna (AUDITE), o Comitê de Auditoria Estatutário (COAUD), a Ouvidoria e a Corregedoria, além da Alta Administração e Conselho Fiscal, é de extrema importância para a melhor comunicação e adoção de ações pelas áreas gestoras e de monitoramento, zelando pela interação entre as instâncias internas de apoio à Governança do SGB-CPRM. A área atuou convergindo relatórios, recomendações e apontamentos das auditorias com as ações preventivas e corretivas de gestão, necessárias para mitigação de vulnerabilidades nas *accountabilities*.

A área de **Controles Internos e Conformidade** está em total harmonia com a área de **Gestão de Riscos e Integridade**, no desenvolvimento e na conclusão dos mapas de riscos, no que se refere aos planos de ação e à instituição da formalização de normas e instruções.

Em 2023, a área de Controles Internos e Conformidade da Governança do SGB-CPRM, em consonância com a legislação aplicável e norteadas pelas melhores práticas de governança, intensificou seu comprometimento na qualidade da gestão da empresa, embasada nos princípios da transparência, equidade, sustentabilidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa.

CONFORMIDADE + EFICIÊNCIA OPERACIONAL



3.4. POLÍTICAS E PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

A SEST desenvolveu o Indicador de Governança das Empresas Estatais – IG-SEST como uma ferramenta para monitorar de forma contínua as diretrizes de governança corporativa adotadas nas Empresas Estatais Federais. No ano de 2023, a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) absteve-se de conduzir qualquer avaliação referente às práticas de governança corporativa implementadas pelas Estatais. No 6º ciclo de avaliação das Estatais, realizado em 2022 pela SEST, o SGB-CPRM obteve uma pontuação de 8,12 no Indicador de Governança – IG-SEST.

Além da avaliação do cumprimento de diversos dispositivos legais, infralegais e de boas práticas aplicáveis às Empresas Estatais, principalmente no que se refere à Lei de Responsabilidade das Estatais – Lei nº 13.303/2016, ao Decreto nº 8.945/2016 e às Resoluções CGPAR, o 6º Ciclo do IG SEST ampliou o número de itens de diretrizes da OCDE e de boas práticas de governança corporativa, inclusive em aspectos relacionados à promoção da equidade, da diversidade e da responsabilidade ambiental.

Registrou-se uma melhoria no resultado do Índice IG-SEST 6º Ciclo 2022 do SGB-CPRM em relação a sua última apuração realizada no exercício de 2021, passando de um índice de 4,56 (2021) para 8,12 (2022). Na Dimensão 1 (Conselhos e Diretoria), a nota final de 8,6 (2022) alcançou a mediana das Estatais; na Dimensão 2 (Transparência) a nota de 8,4 (2022); e na Dimensão 3 (Gerenciamento de Riscos, Controles e Auditoria), a nota de 7,3 (2022), não atingiram a média geral das Estatais de 9,3 pontos. Assim, a partir do resultado da avaliação das Empresas Estatais elaborada pela SEST/MGI, a SGB-CPRM vem adotando esforços, no sentido de viabilizar a implementação das demais práticas de governança e gestão necessárias, com o objetivo de alcançarmos a nota máxima no próximo IG-SEST.

Neste sentido, durante o ano de 2023, o SGB-CPRM participou da consulta prévia conduzida pela SEST/MGI, para preparar o 7º Ciclo do Indicador de Governança (IG-Sest), programado para 2024. Essa participação abordou questões específicas relacionadas à governança e políticas públicas nas empresas estatais, com o intuito de colaborar na definição de indicadores apropriados para avaliar o desempenho dessas organizações na entrega de produtos e serviços públicos para a sociedade de forma sustentável.

3.5. DESCRIÇÃO DA REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Segundo disposto no Regimento Interno, a remuneração dos membros estatutários é fixada anualmente em Assembléia Geral, nos termos da legislação vigente, sendo vedado o pagamento de qualquer forma de remuneração não prevista em Assembleia.

A remuneração mensal devida aos membros do Conselho de Administração não excederá a dez por cento da remuneração mensal média dos diretores, excluídos os valores relativos a eventuais adicionais e benefícios, sendo vedado o pagamento de participação, de qualquer espécie, nos lucros do SGB-CPRM.

Rubrica	2023-2024
Honorário Fixo Presidente (H)	R\$31.211,43
Honorário Fixo Diretor (H)	R\$31.211,43
Gratificação Natalina (N)	(H)
Gratificação de férias (F)	(1/3)*(H)
Auxílio Alimentação	R\$759,69
Plano de saúde	R\$699,46
Seguro de vida	R\$439,67
Previdência complementar	R\$1.349,88
Quarentena	6*(H)
Honorário fixo DE	R\$1.872.685,82
Gratificação Natalina DE	R\$156.057,15
Gratificação de férias	R\$52.019,05
Auxílio alimentação	R\$45.581,40
Plano de saúde	R\$41.967,35
Seguro de vida	R\$26.380,03
Previdência complementar	R\$80.992,80
Quarentena	R\$936.342,91
INSS	RS551.401,94
FGTS	R\$166.460,96
Auxílio moradia	-
I - TOTAL DA DIRETORIA EXECUTIVA	R\$3.929.889,42
Honorário CA	R\$243.449,16
INSS CA	RS64.514,03
II - TOTAL CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	R\$307.963,18
III - TOTAL GERAL DOS ADMINISTRADORES (I + II)	R\$4.237.852,60
Honorário CF	R\$121.724,58
INSS CF	RS32.257,01
IV - TOTAL DO CONSELHO FISCAL	R\$153.981,59
Honorário COAUD	R\$168.578,41
INSS COAUD	RS44.673,28
V - TOTAL DO COMITÊ DE AUDITORIA	R\$213.251,69

3.5.1. Remuneração variável dos Administradores – RVA 2023

O Programa de RVA do SGB-CPRM 2023 tem como objetivo vincular a parcela da remuneração ao desempenho dos dirigentes, de modo a garantir a implementação da estratégia corporativa e o alcance de resultados institucionais na forma de políticas públicas. A distribuição da RVA obedece às metas definidas pelo Conselho de Administração em cada exercício, exigindo-se o alcance mínimo fixado no Programa, conforme os indicadores previstos e gatilhos apresentados. Participam do Programa todos os membros da Diretoria Executiva do SGB-CPRM, sejam estes ativos ou os desligados ao longo do exercício, desde que tenham ocupado o cargo de direção por período igual ou superior a 30 (trinta) dias. A medição do programa para o ano-base de 2023, apontou os seguintes resultados:

- **Indicadores Econômicos Financeiros**

Percentual de execução orçamentária e financeira da Lei Orçamentária Anual (LOA)

O objetivo deste indicador consistia em aumentar a execução orçamentária e financeira da Lei Orçamentária Anual (LOA) no exercício corrente do ano de 2023. Para a mensuração deste indicador, a execução orçamentária foi considerada com base nas despesas discricionárias liquidadas em relação a dotação atualizada durante o exercício, para as despesas discricionárias em cada Ação Orçamentária

do SGB-CPRM com execução apenas do Órgão Gestor SGB-CPRM.

O valor proposto para este indicador foi de 72% de execução orçamentária e financeira da LOA 2023, que representa um valor maior que a média dos últimos 5 (cinco) anos e maior que o previsto para 2022. No exercício de 2023, a CPRM superou o indicador proposto, com a execução de 82,46% do orçamento definido pela LOA 2023.

Percentual do valor total dos empenhos inscritos em Restos a Pagar (RP)

O objetivo deste indicador consistia em diminuir a inscrição de empenhos em Restos a Pagar (RAP) do orçamento da LOA no exercício de 2023. Para a mensuração do indicador, foram considerados os empenhos inscritos em Restos a Pagar (RAP) total, ou seja, processados e não processados das despesas discricionárias da LOA 2023, em relação a dotação atualizada durante o exercício, para as despesas discricionárias, em cada ação orçamentária do SGB-CPRM com execução apenas do Órgão Gestor SGB-CPRM.

O valor proposto para este indicador em 2023 foi de 23% de empenhos inscritos em restos a pagar, que representa um valor menor do que a média dos últimos 5 anos e menos do que o previsto para 2022. Em 2023, a CPRM somou 23,54% no indicador, considerando a inscrição de orçamento inscrito em Restos a Pagar (RAP), atindo 97,65% da meta pactuada para o período.

- **Indicador de Políticas Públicas**

Índice de alcance dos indicadores finalísticos do SGB-CPRM

A meta de 96% proposta para o indicador de Políticas Públicas foi o Índice de Alcance dos Indicadores Finalísticos do SGB-CPRM, seguindo a premissa de cumprimento das metas pactuadas na Lei Orçamentária Anual, que por sua vez buscam o alcance das metas pactuadas no Plano Plurianual.

O Índice de Alcance dos Indicadores Finalísticos do SGB-CPRM é um indicador do Plano Estratégico do SGB-CPRM, que segue a premissa de cumprimento das metas pactuadas na Lei Orçamentária Anual, que por sua vez buscam o alcance das metas pactuadas no Plano Plurianual, para atendimento das políticas públicas referenciadas pelos diversos Programas de Governo em que atua.

O resultado alcançado evidenciou o total compromisso da Empresa na execução de políticas públicas, considerando que 11 (onze) dos 13 (treze) índices finalísticos que compõem o indicador, apresentaram resultado igual ou superior a 100%. Assim, no exercício de 2023, o índice dos indicadores finalísticos atingiu 114%, superando a meta estabelecida de 96% para o período.

- **Indicador de Governança, Conformidade de Transparência**

Conformidade SEST (IC-SEST)

O objetivo deste indicador consistiu no atendimento dos prazos estabelecidos pela SEST, com a qualidade esperada, para os macroprocessos de monitoramento Econômico-Financeiro, Saúde e Previdência, Orçamento e Governança Corporativa. A meta estabelecida para o exercício de 2023 foi de 950 pontos. De acordo com o resultado apurado pela SEST em 2023, a CPRM somou 923 pontos, correspondente ao atendimento de 97,16% da meta.

Avaliação Colegiada da Diretoria

Este indicador foi desenvolvido com a finalidade de orientar o processo de Avaliação de Desempenho dos Administradores e dos Membros dos Comitês Estatutários do SGB-CPRM, observadas as diretrizes definidas pela Lei Federal nº 13.303/16, do Estatuto Social da CPRM e nas demais legislações aplicáveis. Na definição do indicador utilizado no Programa RVA 2023 CPRM, foi considerada a Avaliação de Desempenho Anual Colegiada da Diretoria, de acordo com as diretrizes estratégicas do SGB-CPRM, aprovadas pelo Conselho de Administração, a qual foi realizada no período.

A efetivação do pagamento da RVA aos membros da Diretoria Executiva ocorre somente após a medição, autorização do Conselho de Administração e aprovação pela Assembleia Geral. Os resultados obtidos pela CPRM no exercício de 2023, apresentaram 11 (onze) dos 13 (treze) índices finalísticos, com resultado igual ou superior a 100%, alcançado 100% da meta definida para pagamento do RVA 2023 aos membros da Diretoria Executiva.